

GÊNERO EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

ORGANIZAÇÃO:

FERNANDA LUÍZA SILVA DE MEDEIROS



CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

GÊNERO EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Organização

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

Brasília
2026



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

Reitor

Pio Pacelli Moreira Lopes

Vice-Reitor

Gabriel Costa Mallab

Diretora Acadêmica

Simone Maria Espinosa

Coordenador do curso de Relações Internacionais

Gabriel Haddad Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gênero em movimento: perspectivas no cenário internacional / organizador, Fernanda Luíza Silva de Medeiros. – Brasília: CEUB, 2026.

103 p.

ISBN 978-85-7267-269-6

1. Gênero nas Relações Internacionais. I. Centro Universitário de Brasília. II. Título.

CDU 327:305

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

APRESENTAÇÃO

Durante muito tempo, as Relações Internacionais foram apresentadas como um campo dedicado prioritariamente ao estudo de Estados, guerras, instituições, mercados e relações de poder entre unidades políticas. Embora tais temas permaneçam centrais à disciplina, as últimas décadas demonstraram os limites de compreendê-los como fenômenos independentes das relações sociais que constituem a própria política internacional. Entre as transformações teóricas que contribuíram para esse deslocamento, os estudos feministas e de gênero ocupam posição particularmente importante. Ao questionarem quem participa da política internacional, quais experiências são reconhecidas como politicamente relevantes e de que maneira determinadas hierarquias são produzidas e naturalizadas, essas abordagens ampliaram não apenas os objetos de investigação das Relações Internacionais, mas também as perguntas que podem ser formuladas sobre eles.

Este livro parte dessa perspectiva e surge, mais especificamente, da experiência da disciplina Gênero e Relações Internacionais, ministrada por mim no Centro Universitário de Brasília entre fevereiro e julho de 2026. Nesta disciplina, discutimos muitos temas da grande área de Gênero & RI, o que inspirou os alunos a escreverem os dez ensaios aqui contidos a partir de uma sólida base teórica. Assim, o propósito deste livro não é apresentar o feminismo como uma tradição teórica única, tampouco oferecer uma narrativa linear sobre a incorporação das mulheres às Relações Internacionais. Ao contrário, os capítulos aqui reunidos procuram evidenciar a pluralidade de experiências, conceitos e tradições intelectuais que atravessam os estudos de gênero e suas interfaces com a política nacional e internacional. Gênero aparece, portanto, menos como uma variável adicional a ser incorporada a análises previamente constituídas e mais como uma categoria capaz de revelar relações de poder que permanecem parcialmente invisíveis quando se tomam como naturais determinadas distinções entre público e privado, masculino e feminino, nacional e internacional.

Nossa jornada nos levou por muitas discussões diversas. O diálogo com autoras como Sojourner Truth, Carole Pateman (1993) e J. Ann Tickner (2005) permite colocar em questão tanto a pretensa universalidade de certas categorias políticas quanto a maneira pela qual experiências historicamente masculinas foram frequentemente convertidas em parâmetros gerais para compreender cidadania, poder, segurança e participação política. O problema não consiste apenas em perguntar onde estavam as mulheres nos processos tradicionalmente estudados, mas também em investigar de que maneira concepções específicas de masculinidade e feminilidade participaram da constituição desses mesmos processos. Essa preocupação está presente já no primeiro conjunto de temas que estrutura o volume, dedicado aos conceitos fundamentais, à agência e às formas pelas quais gênero participa da organização da vida política.

A questão da agência assume, nesse contexto, importância especial. Reconhecer a existência de estruturas de dominação não significa reduzir mulheres e outros sujeitos historicamente marginalizados à condição de receptores passivos dessas estruturas. As discussões propostas por autoras como Lois McNay (2016) e Deniz Kandiyoti (1988) permitem explorar precisamente a tensão entre constrangimento e ação, mostrando como sujeitos negociam, reproduzem, contestam e eventualmente transformam as condições sociais nas quais estão inseridos. Essa preocupação reaparece ao longo do livro em diferentes contextos históricos, religiosos e culturais, evitando uma oposição excessivamente simples entre submissão e emancipação.

Ao mesmo tempo, falar em “mulheres” como uma categoria homogênea pode ocultar diferenças fundamentais de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, religião e posição social. É nesse ponto que as discussões sobre lugar de fala e interseccionalidade se tornam indispensáveis. A partir de perspectivas como as de Djamila Ribeiro (2017) e Patricia Hill Collins (2017), torna-se possível refletir sobre a produção social do conhecimento e sobre as diferentes posições a partir das quais sujeitos experimentam e interpretam relações de poder. A interseccionalidade não constitui, nesse sentido, apenas um convite à inclusão de novas identidades em categorias já existentes. Ela permite examinar como diferentes estruturas de

desigualdade se constituem mutuamente e produzem experiências políticas que não podem ser adequadamente compreendidas por meio de um único eixo explicativo.

O deslocamento promovido pelos estudos de gênero envolve ainda uma reconsideração do próprio masculino. Se gênero for entendido exclusivamente como sinônimo de “mulheres”, corre-se o risco de preservar a masculinidade como categoria invisível e, conseqüentemente, como norma. A análise das masculinidades — presente neste volume tanto em termos conceituais quanto por meio do estudo de espaços profissionais como a diplomacia — permite demonstrar que masculinidades também são histórica e socialmente produzidas. Os trabalhos de R. W. Connell (2005) e Ann Towns (2014), entre outros mobilizados ao longo do percurso que deu origem a este livro, contribuem para revelar como determinadas formas de autoridade, profissionalismo, racionalidade e poder podem ser associadas a padrões *gendered*.

A teoria queer aprofunda esse movimento ao questionar a estabilidade das próprias categorias por meio das quais identidades, corpos e práticas políticas são classificados (Weber, 2016). Sua incorporação ao debate das Relações Internacionais permite perguntar não apenas como diferentes identidades são representadas na política mundial, mas também como fronteiras e dicotomias aparentemente evidentes são produzidas e reiteradas. A inclusão dessa perspectiva no volume busca, assim, ampliar a reflexão sobre gênero para além de uma oposição fixa entre homens e mulheres, examinando os processos pelos quais determinadas identidades e formas de vida adquirem legitimidade enquanto outras são marginalizadas.

Outra preocupação que atravessa esta obra diz respeito à relação entre gênero, modernidade e diferença cultural. Parte significativa das narrativas sobre emancipação feminina foi historicamente construída a partir de experiências europeias e norte-americanas, que algumas vezes foram transformadas em modelos universais de progresso. A análise de processos de modernização, nacionalismo e religião permite problematizar esse pressuposto. Os debates desenvolvidos a partir de autoras como Kumari Jayawardena (1986) e Lila Abu-Lughod (2002), por exemplo, convidam a considerar como projetos nacionalistas, discursos coloniais e concepções de modernidade interagem com questões de gênero, evitando tratar as

trajetórias de sociedades não ocidentais como simples aproximações ou afastamentos de um modelo previamente estabelecido.

Essa preocupação conduz a um dos eixos centrais do livro: a pluralização do próprio feminismo. Em vez de uma história única, encontramos feminismos constituídos em condições sociais e históricas distintas. Feminismos negros, chineses, indígenas e brasileiros colocam questões específicas e, ao mesmo tempo, desafiam pretensões universalizantes presentes em algumas formulações feministas. O percurso proposto inclui, por isso, discussões a partir de bell hooks (2015) e Grada Kilomba (2019), assim como experiências do feminismo chinês, indígena e da trajetória histórica do feminismo brasileiro. A diversidade dessas perspectivas não deve ser compreendida como simples multiplicação de casos particulares. Ela suscita uma questão epistemológica mais profunda: quem pode produzir conhecimento sobre gênero, a partir de quais experiências e mediante quais categorias?

As instituições constituem outro espaço privilegiado para observar essas disputas. A diplomacia, historicamente associada a determinados padrões de masculinidade e a trajetórias profissionais predominantemente masculinas, oferece um exemplo particularmente significativo. Investigar a presença e a experiência das mulheres nesses espaços significa perguntar não apenas quantas mulheres conseguiram ingressar em determinada instituição, mas também se — e de que maneira — normas, práticas profissionais e expectativas de comportamento foram transformadas por esse processo. O estudo da diplomacia, contemplado em diferentes momentos deste volume, permite assim conectar discussões abstratas sobre gênero a instituições concretas da política internacional.

Finalmente, o livro contempla também as disputas em torno dos próprios significados do feminismo. Feminismo liberal, feminismo estatal, políticas institucionais de igualdade e diferentes formas de crítica e resistência ao feminismo demonstram que gênero constitui hoje um terreno central de conflito político. A emergência ou renovação de movimentos antifeministas e conservadores evidencia que avanços em termos de representação e direitos não eliminam controvérsias sobre papéis sociais, família, sexualidade, trabalho ou autoridade. Ao incorporar essas discussões, o volume não trata a história do feminismo como trajetória inevitável de

expansão progressiva, mas como processo marcado por conquistas, tensões, apropriações, negociações e reações. O próprio percurso temático culmina justamente na contraposição entre feminismo liberal e estatal e antifeminismo e conservadorismo.

Profa. Me. Fernanda Luíza Silva de Medeiros

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim women really need saving? Anthropological reflections on cultural relativism and its others. *American Anthropologist*, v. 104, n. 3, p. 783-790, set. 2002. DOI: 10.1525/aa.2002.104.3.783.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Tradução de Bianca Santana. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics*. Updated ed. Berkeley: University of California Press, 2000. 244 p.

FRASER, Nancy. How feminism became capitalism's handmaiden – and how to reclaim it. *The Guardian*, 14 out. 2013. Disponível em: The Guardian. Acesso em: 4 nov. 2016.

FRITZSCHE, Nora. The construction of masculinity in International Relations. *The Interdisciplinary Journal of International Studies*, v. 7, p. 41-54, 2011. DOI: 10.5278/ojs.ijis.v7i0.157.

HATEM, Mervat F. Economic and political liberation in Egypt and the demise of state feminism. *International Journal of Middle East Studies*, v. 24, n. 2, p. 231-251, maio 1992. DOI: 10.1017/S0020743800021541.

HOOKS, bell. *Ain't I a woman: Black women and feminism*. 2. ed. New York: Routledge, 2014. 220 p.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151608.

HOOPER, Charlotte. Masculinities, IR and the ‘gender variable’: a cost-benefit analysis for (sympathetic) gender sceptics. *Review of International Studies*, v. 25, n. 3, p. 475-491, jul. 1999. DOI: 10.1017/S0260210599004751.

JAYAWARDENA, Kumari. *Feminism and nationalism in the Third World*. London: Zed Books, 1986.

KANDIYOTI, Deniz. Bargaining with patriarchy. *Gender & Society*, v. 2, n. 3, p. 274-290, set. 1988. DOI: 10.1177/089124388002003004

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres: Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideu, 1933. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 927-944, set./dez. 2013. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000300009.

MCNAY, Lois. Agency. In: DISCH, Lisa; HAWKESWORTH, Mary (ed.). *The Oxford handbook of feminist theory*. New York: Oxford University Press, 2016. p. 39-60. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199328581.013.2.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma “nova razão” para o movimento de liberação das mulheres? *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 26, n. 3, 2017. DOI: 10.4322/tp.v26i3.613.

MOGHADAM, Valentine M. Gender, national identity and citizenship: reflections on the Middle East and North Africa. *Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East*, v. 19, n. 1, p. 137-157, 1999.

MOGHADAM, Valentine M. Islamic feminism and its discontents: toward a resolution of the debate. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 27, n. 4, p. 1135-1171, 2002. DOI: 10.1086/339639.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 347 p.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. 111 p.

SANDBERG, Sheryl. *Faça acontecer: mulheres, trabalho e a vontade de liderar*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 288 p.

TICKNER, J. Ann. Hans Morgenthau's principles of political realism: a feminist reformulation. In: DER DERIAN, James (ed.). *International theory: critical investigations*. New York: New York University Press, 1995. p. 53-71.

TICKNER, J. Ann. What is your research program? Some feminist answers to International Relations methodological questions. *International Studies Quarterly*, v. 49, n. 1, p. 1-21, mar. 2005. DOI: 10.1111/j.0020-8833.2005.00332.x.

TOWNS, Ann. The status of women as a standard of 'civilization'. *European Journal of International Relations*, v. 15, n. 4, p. 681-706, dez. 2009. DOI: 10.1177/1354066109345053.

TOWNS, Ann E. Manning the state: European early-nineteenth-century masculinities in the new Norway of 1814. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, v. 22, n. 2, p. 116-130, 2014. DOI: 10.1080/08038740.2013.869621.

WEBER, Cynthia. *Queer International Relations: sovereignty, sexuality and the will to knowledge*. New York: Oxford University Press, 2016.

YUVAL-DAVIS, Nira. *Gender and nation*. London: SAGE Publications, 1997.

SUMÁRIO

A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À LUZ DAS CRÍTICAS FEMINISTAS E PÓS-COLONIAIS 12

Vitor Hugo Almeida Pacheco

A REVOLTA DOS “ALFAS”: MASCULINIDADE HEGEMÔNICA, RED PILL E POLÍTICA REACIONÁRIA 20

Natália Fraga Ferreira de Andrade

BARGANHAS PATRIARCAIS E AGÊNCIA FEMININA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO TRADWIFE 29

Hanna Queiroga Jogaib

O CONSENSO DE GENEBRA E O ANTIFEMINISMO COMO POLÍTICA EXTERNA 40

Bruna Lourrayne Barbosa dos Santos

INTERSECCIONALIDADE, FEMINISMOS DO SUL E A GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL 46

Bruna Lourrayne Barbosa dos Santos

FEMINISMO DAS CELEBRIDADES: ENGAJAMENTO REAL OU CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA? 54

Maria Eduarda B. Nogueira

AGÊNCIA FEMININA E RELIGIÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA LEITURA EM DIÁLOGO DE KELSEY BURKE (2012) E VAENTINE MOGHADAM (2002) 63

Vitor Hugo de Almeida Pacheco

DEEPPAKES COMO VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER: SILENCIAMENTO, DESLEGITIMAÇÃO E A NOVA FRONTEIRA DA EXCLUSÃO FEMININA 71

Maria Eduarda B. Nogueira

MOVIMENTO “LEFTOVER WOMEN” E AS PRESSÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES CHINESAS: UMA ANÁLISE DO FEMINISMO CHINÊS DE YA-CHEN CHEN (2011) 80

Hanna Queiroga Jogaib

**SE MEU CORPO SUSTENTA MINHA OPRESSÃO, NADA NASCERÁ
DELE: O MOVIMENTO 4B NA COREIA DO SUL COMO RESISTÊNCIA
AO NEOLIBERALISMO PATRIARCAL 91**

Natália Fraga Ferreira de Andrade

CONCLUSÃO 101

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

A ESTRUTURA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS À LUZ DAS CRÍTICAS FEMINISTAS E PÓS-COLONIAIS

Vitor Hugo Almeida Pacheco

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o campo das Relações Internacionais (RI) foi construído sobre pressupostos ocidentais que traziam preceitos pautados em guerra, anarquia, segurança, diplomacia entre Estados soberanos e poder, conforme Amitav Acharya e Barry Buzan (2010) ao tentar compreender a predominância das teorias tradicionais na disciplina. Questões relativas às relações de gênero foram sistematicamente excluídas do que se considerava o núcleo legítimo da disciplina. No entanto, abordagens feministas contemporâneas desconstróem essa premissa ao evidenciar que os pilares fundamentais da disciplina, como soberania, anarquia, interesse nacional e segurança não são neutros, mas sim codificados a partir de experiências puramente masculinas.

A exclusão não é acidental, tampouco se limita ao passado. Ela é estrutural, se reproduz e baseia sua força tanto na fundação filosófica do Estado moderno, quanto na produção acadêmica que sustenta o estabelecimento da disciplina e nas práticas geopolíticas dos atores contemporâneos internacionais. Para tanto, a articulação de três perspectivas permite evidenciar que o silenciamento das mulheres nas RI opera em três níveis interdependentes: o fundacional, com Pateman (1993), o metodológico-científico, com Tickner (2005), e o discursivo-geopolítico, com Abu-Lughod (2002).

2 O CONTRATO SEXUAL DE CAROLE PATEMAN (1993)

Carole Pateman, em *O Contrato Sexual* (1993), oferece um aparato teórico fundamental para compreender a construção da conceituação do Estado soberano dentro das Relações Internacionais. Consoante Pateman (1993), a liberdade civil, pilar fundante da ordem liberal clássica, não constitui um direito genuinamente universal, mas sim um privilégio construído sobre a exclusão sistemática e a subordinação das mulheres. O contrato social que institui a sociedade civil e o aparato estatal como instâncias de liberdade e igualdade vem, na verdade, depois de um contrato anterior e silenciado que torna o próprio contrato social possível: o contrato sexual, que estabelece o domínio político dos homens sobre as mulheres.

A liberdade civil, dentro do liberalismo, não é universal, foi construída em detrimento da subordinação das mulheres. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do mesmo contrato original: "O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original [...]" (Pateman, 1993, p. 16). A liberdade civil é, portanto, uma prerrogativa masculina que se valida no direito patriarcal.

A teoria do contrato exige que as partes sejam proprietárias de si mesmas, isto é, possuam autonomia e capacidade de contratar. Os teóricos clássicos, contudo, excluem as mulheres dessa condição: "Somente os seres masculinos são dotados das capacidades e dos atributos necessários para participar dos contratos, dentre os quais o mais importante é a posse da propriedade em suas pessoas; quer dizer, somente os homens são 'indivíduos'" (Pateman, 1993, p. 21). A participação da mulher no contrato se resume à de objeto, ela é aquilo sobre o qual o contrato é feito. Conforme sintetiza a autora Pateman (1993), a distinção sexual é uma construção política que define a prerrogativa de liberdade e submissão. Em suma, o acesso à liberdade civil é estruturalmente reservado ao homem, ao passo que à mulher resta o lugar da sujeição.

Na sociedade pré-moderna, o poder absoluto era centralizado na figura do pai. Com a modernidade, esse poder é derrubado, mas não distribuído igualmente entre todos, foi redistribuído entre os homens enquanto classe. O resultado é o patriarcado fraternal moderno. Conforme Pateman (1993) no cenário moderno, a

subordinação das mulheres ocorre em relação aos homens como coletividade ou fraternidade. O arranjo se origina após a destituição da figura paterna, estabelecendo a nova dinâmica de poder. Não se trata mais do poder concentrado no pai, mas de uma fraternidade de homens organizada coletivamente para a manutenção do controle sobre as mulheres.

Pateman (1993) aponta ainda que a separação entre as esferas pública e privada não é natural, mas política. Ao declarar a família e o casamento como "esfera privada" e, portanto, fora do alcance da política, o liberalismo protege o patriarcado de críticas e mudanças: "A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante" (Pateman, 1993, p. 18). O que ocorre no âmbito privado torna-se invisível para a teoria política. Entretanto, as duas esferas são inseparáveis. Segundo Pateman (1993), a compreensão do domínio público deve ser feita considerando sua interdependência com o domínio privado. Sem a devida contextualização dessa relação, a interpretação do contrato original é distorcida, uma vez que a liberdade civil depende diretamente do direito patriarcal. A liberdade pública dos homens existe subsidiada pela esfera privada garantida pelas mulheres.

Em suma, consoante Pateman (1993), a modernidade não superou o patriarcado, reorganizou-o e legitimou-o sob nova forma. O Estado de Direito coexiste com a subordinação estrutural das mulheres porque tal subordinação é a base do sistema, não um problema a ser corrigido. A liberdade moderna é, portanto, uma conquista dos homens sobre as mulheres. O contrato social se subsidia no contrato sexual, que fornece a dominação, e a separação entre público e privado é o mecanismo que mantém essa estrutura invisível e intocada.

3 ABU-LUGHOD (2002) E A RETÓRICA DE SALVAÇÃO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Em "Do Muslim Women Really Need Saving?" (2002), Lila Abu-Lughod parte de uma pergunta central: salvar para quê e de quê? Nesse contexto, a autora trata da invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão em 2001, cuja justificativa

incluía, em parte, a libertação das mulheres afegãs. Abu-Lughod (2002) questiona essa lógica não apenas no plano político, mas no epistemológico: salvar alguém pressupõe superioridade, pois quem salva define o que é liberdade, o que é progresso e o que é a vida boa e impõe esse modelo ao outro. Como a própria autora sintetiza: "Projects of saving other women depend on and reinforce a sense of superiority by Westerners, a form of arrogance that deserves to be challenged" (Abu-Lughod, 2002, p. 789).

Nesse mesmo movimento, Abu-Lughod (2002) critica a tendência de transformar problemas políticos e históricos, que incluem a responsabilidade das intervenções militares norte-americanas na região, em meras questões de "cultura" ou "religião" do Oriente Médio. Spivak (1988 apud ABU-LUGHOD, 2002) demonstra que a retórica de salvação das mulheres é historicamente mobilizada dentro do fenômeno do colonialismo. A autora traz um exemplo concreto, Lord Cromer, britânico que governou o Egito, utilizou a condição das mulheres egípcias como justificativa para o colonialismo, ao mesmo tempo em que se opunha ao sufrágio feminino em seu próprio país. Esse padrão se repete na Argélia durante a colonização francesa. Tal padrão, conforme demonstrado por Said (1978), insere-se na lógica mais ampla do orientalismo, no sentido em que o Ocidente constrói o Oriente como um espaço passivo e carente de tutela, legitimando, assim, sua intervenção. A conclusão é direta: a preocupação ocidental com as mulheres muçulmanas não é nova nem genuinamente feminista é uma estrutura colonial que se repete historicamente. A figura da "mulher oprimida do Oriente" funciona como fonte de legitimação da intervenção externa.

Ao se colocar na posição de salvador, o Ocidente reproduz uma superioridade que é naturalizada e raramente questionada (Abu-Lughod, 2002). Parte do artigo é dedicada a desconstruir a leitura do véu como símbolo universal de opressão. Consoante a autora Abu-Lughod (2002) o véu possui múltiplos significados em contextos distintos, e reduzi-lo a símbolo de opressão é uma leitura superficial que apaga a complexidade local. Nesse ponto, Abu-Lughod desenvolve uma distinção fundamental: reconhecer diferenças exige um esforço intelectual e político sério, isto é, compreender tais diferenças. As estruturas foram moldadas por processos históricos específicos, inclusive o colonialismo, e isso deve ser levado em

consideração antes de qualquer intervenção. Abu-Lughod (2002) traz ainda outra discussão fundamental: a liberdade no sentido ocidental liberal não pode ser tratada como desejo universal. A imposição de um modelo ocidental de libertação é, em determinados casos, uma forma de violência simbólica. O engajamento político dos países ocidentais deve, portanto, considerar as vozes que por muito tempo foram silenciadas e reconhecer a própria responsabilidade do Ocidente na produção das condições que pretende combater. A alternativa proposta pela autora não é a passividade, mas uma outra forma de engajamento: "Can we use a more egalitarian language of alliances, coalitions, and solidarity, instead of salvation?" (Abu-Lughod, 2002, p. 789).

Em suma, o discurso ocidental de salvação das mulheres muçulmanas não constitui feminismo, é colonialismo revestido de humanitarismo, que impõe um modelo único de liberdade, apaga causas históricas e políticas e reforça a superioridade ocidental em vez de construir solidariedade genuína.

4 J. ANN TICKNER (2005) E A EPISTEMOLOGIA DAS RI

Em "Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to International Relations", J. Ann Tickner (2005) argumenta que o campo das Relações Internacionais define-se de forma majoritária por suas escolhas metodológicas, em detrimento da relevância de seus conteúdos. Desde a década de 1970, o positivismo consolidou-se como a filosofia de pesquisa dominante e de prestígio na disciplina. Esse cenário metodologicamente rígido explica o porquê de as abordagens feministas, que contestam a visão de uma ciência neutra terem sido historicamente negligenciadas no debate acadêmico.

Segundo Tickner (2005), o feminismo coloca em xeque os teóricos tradicionais das RI na medida em que a perspectiva de gênero contesta as próprias bases epistemológicas sobre as quais a disciplina foi construída. Ao analisar o mainstream das RI, a autora demonstra que os conceitos considerados fundamentais e estruturantes do campo, notadamente soberania, poder e segurança, não são categorias universais abstratas. Na verdade, tais conceitos foram construídos unicamente a partir das experiências históricas de homens brancos de elite e,

posteriormente, naturalizados como características universais do comportamento estatal, refletindo traços indissociáveis da masculinidade hegemônica. Aceitar o debate de gênero, portanto, significa desestabilizar os pilares de poder que sustentam a própria produção de conhecimento na política global.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise combinada das perspectivas teóricas de Carole Pateman (1993), J. Ann Tickner (2005) e Lila Abu-Lughod (2002) permitem compreender a estrutura profunda de gênero que molda o Sistema Internacional. Nesse contexto, o silenciamento e a marginalização das mulheres nas Relações Internacionais revelam-se não como omissões acidentais, mas sim como elementos estruturais e constitutivos da própria política global. Essa abordagem crítica evidencia o modo pelo qual os conceitos fundamentais da disciplina silenciam as assimetrias de gênero sob uma falsa premissa de universalidade e neutralidade.

Um dos pilares centrais dessa estrutura localiza-se justamente na origem e na fundação do ator primordial do campo: o Estado soberano. Conforme demonstrado por Pateman (1993), o nascimento da sociedade civil moderna, pautada em um contrato social que supostamente garante a liberdade e os direitos civis, não se origina de um pacto universal e igualitário. Em vez disso, ancora-se em um contrato sexual prévio e silenciado, que subordina as mulheres a uma esfera privada e institui o direito patriarcal como a verdadeira base de sustentação da liberdade civil masculina. Esse Estado de Direito surge consolidando um espaço público erguido sobre a exclusão e o silenciamento das mulheres, constituindo-se como uma fraternidade de homens. Por conseguinte, quando as teorias tradicionais e o mainstream das RI absorvem o Estado como uma unidade abstrata e neutra, eles reproduzem e perpetuam esse silenciamento original no plano internacional.

Esse silenciamento fundacional do Estado é posteriormente preservado e legitimado no plano científico pela hegemonia metodológica descrita por Tickner (2005). O mainstream das RI, ao eleger o positivismo como o método científico legítimo, exclui a abordagem de gênero sob o pretexto de resguardar a objetividade e a neutralidade da pesquisa. O que a crítica pós-positivista de Tickner (2005) desvela

é que as categorias tratadas pelas teorias tradicionais como dados naturais e imutáveis da política internacional: poder, anarquia e segurança são, em realidade, traços indissociáveis da masculinidade hegemônica. A rigidez metodológica atua, portanto, como uma barreira epistemológica para impedir que a ciência que estuda o sistema internacional questione o caráter androcêntrico de suas próprias bases.

Por fim, a manifestação prática e geopolítica desse sistema masculinizado, que instrumentaliza o aparato científico para proteger o status quo, consolida-se no horizonte analítico traçado por Lila Abu-Lughod (2002). A retórica contemporânea de intervenção humanitária e segurança militar é exposta como um aparato discursivo de legitimação para ações de força e intervenções militares. Trata-se da repetição de um padrão histórico e colonial no qual Estados hegemônicos instrumentalizam os direitos das mulheres para afirmar uma suposta superioridade moral e cultural. Essa instrumentalização, à luz de Said (1978), revela a lógica orientalista no sistema internacional: o discurso sobre a “mulher muçulmana oprimida” funciona como dispositivo de poder que constrói o Oriente como inferior e legítima.

Em última análise, o sistema internacional fecha um ciclo de opressão do patriarcado: exclui as mulheres na fundação teórica do Estado (Pateman), silencia suas vozes na produção acadêmica do conhecimento (Tickner) e instrumentaliza suas agências e realidades locais para legitimar as ambições geopolíticas das grandes potências (Abu-Lughod).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste ensaio permite compreender que o silenciamento e a marginalização das pautas e perspectivas de gênero nas Relações Internacionais não constituem fenômenos superficiais e temporários. A articulação entre as produções de Carole Pateman (1993), J. Ann Tickner (2005) e Lila Abu-Lughod (2002) evidenciou que a exclusão das mulheres é um elemento estrutural, metodológico e geopolítico indispensável para a manutenção e a reprodução do status quo no sistema internacional. Essa tríade analítica demonstra que os mecanismos de exclusão operam de forma ordenada e se reforçam mutuamente.

A temática de gênero, portanto, não pode ser negligenciada; deve ser encarada como uma categoria analítica fundamental e urgente. Abordar as lentes de gênero dentro das RI exige questionar as próprias bases epistemológicas e desafiar a definição tradicional de ciência política global, um passo que, embora complexo, é vital para a consolidação de debates densos e plurais dentro do campo. Apenas por meio da compreensão e da desconstrução dessas estruturas patriarcais e coloniais será possível edificar um campo teórico e prático que reconheça, de fato, a multiplicidade das agências locais e não mais reproduza o silenciamento sistemático das mulheres.

Nesse sentido, a transformação do campo das RI pressupõe necessariamente uma abertura metodológica que reconheça a parcialidade do conhecimento produzido e incorpore experiências historicamente marginalizadas como fontes legítimas de teoria. Tal perspectiva não pressupõe negligenciar o rigor analítico e técnico da produção de conhecimento, mas ampliá-lo, incluindo o gênero como categoria de análise e proporcionando uma compreensão do sistema internacional mais complexa e mais precisa.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. Do Muslim Women Really Need Saving? Anthropological Reflections on Cultural Relativism and Its Others. **American Anthropologist**, v. 104, n. 3, p. 783-790, set. 2002.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Introduction: Why is there no non-Western international relations theory? In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (org.). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**. London; New York: Routledge, 2010. p. 1-25.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAID, Edward W. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.

TICKNER, J. Ann. Gendering a Discipline: Some Feminist Methodological Contributions to International Relations. **Politics & Gender**, v. 2, n. 1, p. 119-141, mar. 2005..

A REVOLTA DOS “ALFAS”: MASCULINIDADE HEGEMÔNICA, RED PILL E POLÍTICA REACIONÁRIA

Natália Fraga Ferreira de Andrade

Na contemporaneidade, a análise das relações de poder no campo de batalha político não pode ignorar a centralidade do gênero na reconfiguração das ideologias de extrema-direita. Um exemplo claro é o movimento Red Pill, originário em 2012 dentro de fóruns on-line e parte da ecologia digital da "manosfera", que emergiu como uma força cultural que busca "despertar" homens para uma suposta realidade de opressão masculina em um mundo dominado pelo feminismo. A fim de compreender este fenômeno, é essencial utilizar o conceito de masculinidade hegemônica proposto por Connell e Messerschmidt (2005), que define a masculinidade como uma configuração de práticas que garante a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. Partindo dessa perspectiva, este ensaio busca argumentar que o movimento Red Pill opera como uma tentativa de restaurar uma forma específica de masculinidade hegemônica, além de servir de ponte ideológica para o fascismo e o autoritarismo de extrema-direita.

Destarte, para compreender a ligação entre esse movimento e a ascensão ideológica da extrema-direita, é necessário observar o nascimento desse discurso, que remonta aos anos 1970. Embora seja possível traçar as raízes do movimento dos “direitos dos homens” para a segunda metade do séc. XX, o discurso contemporâneo da Red Pill ganhou forma definitiva em 2012 com a criação do subreddit /TheRedPill pelo ex legislador republicano Robert Fisher. Este espaço foi concebido especificamente a fim de “expor a verdadeira natureza do feminismo como opressiva para os homens” e ajudá-los a “reivindicarem seus lugares de direito” na sociedade, florescendo em um contexto de crise de confiança nas instituições tradicionais (como a mídia, Estado e ciência) exacerbada pela crise econômica de 2008 e pela pandemia de COVID-19. Devido às mudanças sociais e econômicas e aos avanços

dos direitos das mulheres e minorias sexuais, muitos homens passaram a vivenciar um sentimento de desorientação e perda de privilégios (Van Veeren et al, 2026).

Nesse contexto, essa “crise da masculinidade” não deve ser compreendida como um fenômeno objetivo, mas sim como uma construção social e política que emerge da desestabilização de privilégios historicamente naturalizados. Assim, aquilo que é percebido como perda é, na realidade, uma redistribuição de poder que ameaça a posição dominante anteriormente ocupada por determinados grupos de homens. O discurso Red Pill, ao reinterpretar essas transformações como evidência de opressão masculina, converte inseguranças estruturais em ressentimento, operando uma reconfiguração afetiva que transforma frustração individual em identidade coletiva (Copland, 2023).

Outrossim, o conceito central do movimento é a “pílula vermelha”, uma apropriação intertextual do filme *The Matrix* (1999), no qual esta simboliza a escolha de acordar para a realidade dolorosa e libertar-se da ilusão social. No contexto do movimento, a “pílula vermelha” representa o despertar para a suposta realidade de que os homens são as verdadeiras vítimas da opressão produzida por um mundo “ginocêntrico”, ou seja, uma sociedade desenhada por elites a fim de escravizar homens. Além da pílula que dá nome ao movimento, também há menção às pílulas azul e preta que, respectivamente, representam a vida na ignorância e aceitação masculina as normas sociais de igualdade de gênero e a derivação niilista do movimento Red Pill, associada aos Incels (celibatários involuntários) que prega que a hierarquia masculina é geneticamente determinada e que homens “inferiores” jamais terão sucesso no “mercado sexual” (Van Veeren et al, 2026).

Ademais, é essencial considerar o papel das redes sociais na consolidação e difusão dessas narrativas. Plataformas on-line operam por meio de lógicas algorítmicas que tendem a amplificar conteúdos emocionalmente intensos e polarizadores, favorecendo a circulação de discursos antifeministas e conspiratórios. Nesse ambiente, comunidades como a Red Pill funcionam como espaços de socialização, nos quais experiências individuais são reinterpretadas à luz de uma gramática comum de vitimização masculina. Esse processo não apenas reforça crenças pré-existentes, mas facilita trajetórias de radicalização ao conectar usuários a

ideologias cada vez mais extremas dentro de um ecossistema digital interligado (Bauer, 2023).

Visto isso, observa-se a masculinidade hegemônica, ou seja, o padrão de práticas que permitem a continuidade do domínio masculino sobre as mulheres e a representação da forma mais honrada do “ser homem” em determinado contexto (Connell; Messerschmidt, 2005), sendo manifestada a partir da hegemonia interna, o domínio de alguns homens sobre os outros, e externa, o domínio sobre as mulheres. Ao apropriarem-se da metáfora da pílula vermelha e azul, o movimento hierarquiza os homens entre aqueles que estão despertos e livres do sistema de controle social feminista (Red Pill) versus os que não fazem parte do movimento e estão vivendo a escravidão na ignorância (pílula azul) (Copland, 2023).

Por operar através da diferenciação interna das masculinidades, o movimento Red Pill cria uma hierarquia rígida dentro da “manosfera”, que é codificada através da oposição entre o “Macho Alpha” (o homem desperto, forte e dominante) e o “Beta” (o homem que permanece na Matrix, submisso e “feminizado”). Essa diferenciação serve para produzir uma identidade comum dentro do movimento enquanto deslegitima qualquer crítica ao supremacismo masculino, alimentando a retórica de que o feminismo “suavizou” os homens e que a civilização ocidental depende do retorno de homens fortes e assertivos (Copland, 2023).

Entretanto, a masculinidade hegemônica no contexto da “manosfera” torna-se incompleta se a sua articulação com a raça e a colonialidade for desconsiderada. A figura do “Macho Alfa”, frequentemente idealizada nesses espaços, é profundamente enraizada em imaginários de masculinidade branca, ocidental e heterossexual, que remontam a projetos coloniais de dominação. Dessa forma, o ressentimento mobilizado pelo discurso Red Pill não se limita ao gênero, mas incorpora ansiedades raciais e civilizacionais, particularmente no que diz respeito à imigração e à diversidade cultural. A defesa de uma ordem “natural” torna-se, assim, uma defesa velada de hierarquias globais historicamente construídas (Copland, 2023).

Para além da masculinidade hegemônica, Bourdieu, na obra *Masculine Domination* (2001), argumenta que a dominação masculina é a forma primária de violência simbólica, uma forma de poder exercida sobre os corpos de forma

imperceptível, muitas vezes com o consentimento tácito das próprias vítimas, cujas categorias de pensamento foram moldadas pelo sistema dominante. Sob essa ótica, o movimento Red Pill busca reforçar essa violência simbólica ao re-naturalizar a hierarquia de gênero através da educação formal e informal, utilizando as instituições (família, escola e igreja) como meios para o trabalho de eternização, que consiste em transformar um fenômeno histórico e cultural em algo “natural” ou biológico (Bourdieu, 2001). Assim, conceitos como “hipergamia”, a crença de que mulheres sempre buscam parceiros de status superior, são apresentados como imperativos biológicos e instrumentalizados para justificar a vigilância e controle sobre os corpos femininos (Van Veeren et al, 2026).

Portanto, ao alegar que o feminismo “distorceu” a ordem natural de poder e que a libertação masculina exige um retorno ao habitus de dominação, o homem retoma seu papel de “caçador” e a mulher é reduzida a um objeto de troca simbólica. Desse modo, a masculinidade passa a funcionar como uma forma de “nobreza” que exige a validação constante por outros homens (Bourdieu, 2001), o que explica a obsessão das comunidades Red Pill com testes de virilidade e força física.

Fundamentado nisso, o ponto de união essencial entre a “manosfera” e a extrema-direita é a crença de que a sociedade ocidental foi “feminizada”. Copland (2023) identifica que esse argumento do enfraquecimento masculino é a “cola ideológica” que liga grupos como os Incels ao neonacionalismo, dado que a feminização é vista como uma ferida coletiva infligida aos homens brancos ocidentais, cujas contribuições para a civilização teriam sido desvalorizadas. Essa ferida torna-se o sentimento de “aggrieved entitlement” (direito violado) e ocorre quando homens sentem que os benefícios (sexo, poder e status social) aos quais acreditavam ter direito foram roubados por forças feministas e elites liberais. A reação a essa “injúria” é o surgimento de um ressentimento político e do desejo de dominação agressiva, onde a força física e a rejeição de características “suaves” (como empatia e cooperação) são celebradas como o único caminho para a salvação da nação (Copland, 2023).

Desta maneira, o movimento Red Pill torna-se a porta de entrada para ideologias de extrema-direita e fascistas ao convergir seu discurso aos temas

ideológicos clássicos de ordem, hierarquia biológica, preservação da raça e segurança nacional. Essa consonância ideológica é observada no manifesto do autor do atentado de Christchurch, um ataque terrorista realizado por um único atirador na cidade de Christchurch (Nova Zelândia) cujos alvos foram uma mesquita e um centro islâmico, onde a fraqueza masculina é citada como a causa da "substituição étnica" da população europeia por imigrantes e que a solução é uma revolução violenta liderada por homens "fortes" que retomem o controle (BBC News Brasil, 2019).

Visto isso, ao introduzir seus participantes a uma visão de mundo baseada em hierarquia, determinismo biológico e antagonismo de gênero, o movimento estabelece uma base cognitiva e moral compatível com discursos ultra nacionalistas e autoritários. Entretanto, a transição entre esses campos não ocorre de forma abrupta, mas gradual, à medida que categorias como “degeneração social”, “ameaça externa” e “restauração da ordem” passam a ser reinterpretadas a partir da perspectiva política. Assim, o anti feminismo atua como vetor de politização, articulando experiências pessoais de frustração a projetos coletivos de reorganização social (Bauer, 2023).

Entretanto, é importante destacar que o anti feminismo, movimento no qual a ideologia Red Pill está inserida, não é apenas uma reação ao sucesso das mulheres, mas uma estratégia deliberada nas guerras culturais das direitas populistas. Ao usar o gênero como um significante vazio, esses movimentos conseguem unir queixas econômicas, sociais e raciais sob a bandeira da proteção da "família tradicional". Desse modo, o fascismo contemporâneo utiliza o ideal da masculinidade hegemônica para prometer segurança e estabilidade em tempos de crise neoliberal, oferecendo uma ordem hierárquica clara em oposição ao "caos" da diversidade (Goetz; Mayer, 2023).

Ademais, com a invenção do termo "ideologia de gênero" pelo Vaticano e sua posterior adoção pela extrema-direita secular, é exemplificado como a masculinidade hegemônica se mobiliza transnacionalmente. Esse conceito funciona como uma teoria da conspiração que afirma que as elites liberais querem destruir a "natureza humana" e a "família natural". No contexto Red Pill, a "ideologia de

gênero" é a Matrix de onde os homens devem se desconectar e a narrativa que permite aos atores de extrema-direita se posicionarem como defensores do "povo comum" contra uma elite malévola que promove o feminismo e os direitos LGBTIQ+ para enfraquecer o corpo da nação. Como resultado, ataques a direitos reprodutivos e a perseguição de acadêmicos de gênero tornam-se partes centrais do projeto autoritário de re-sacralização da política e restauração da hierarquia patriarcal (Arguedas-Ramírez, 2023).

Sob a perspectiva das Relações Internacionais, essa dinâmica revela como identidades de gênero são tanto construções sociais internas aos Estados, como elementos constitutivos da política global. A mobilização de ideais de masculinidade está diretamente relacionada à produção de narrativas sobre segurança, soberania e ameaça, frequentemente utilizadas para legitimar políticas autoritárias e excludentes. Nesse sentido, a ascensão de movimentos anti feministas transnacionais pode ser interpretada como parte de uma reação mais ampla à crise da ordem liberal internacional, na qual o gênero emerge como um campo estratégico de disputa simbólica e política (Van Veeren et al. 2026).

Apesar da relevância do conceito de masculinidade hegemônica para compreender a articulação entre o movimento Red Pill e a extrema-direita, sua aplicação a fenômenos digitais contemporâneos levanta importantes questões analíticas. Conforme proposto por Connell e Messerschmidt (2005), a masculinidade hegemônica opera como um padrão relativamente estabilizado de práticas sociais que garante a dominação masculina; entretanto, no contexto da “manosfera”, observa-se uma fragmentação e multiplicação dessas masculinidades, o que desafia a ideia de hegemonia como forma singular e coerente. Nesse sentido, a rigidez hierárquica entre “alfas” e “betas” pode ser interpretada menos como expressão de uma hegemonia consolidada e mais como sintoma de sua instabilidade, marcada por disputas internas e necessidade constante de reafirmação.

Ademais, a leitura bourdieusiana da dominação masculina como violência simbólica (Bourdieu, 2001) contribui para entender a naturalização dessas hierarquias, mas apresenta limites ao lidar com a dimensão reflexiva e performativa dos espaços digitais, nos quais os sujeitos reproduzem habitus e os reconfiguram

ativamente em ambientes mediados por algoritmos. Como argumenta Copland (2023), o discurso da “feminização da sociedade” funciona como uma “cola ideológica” entre a “manosfera” e a extrema-direita, porém essa articulação não deve ser tomada como automática ou homogênea, sendo atravessada por contextos específicos. Dessa forma, mais do que um simples reflexo de estruturas de dominação preexistentes, o movimento Red Pill pode ser compreendido como um espaço de produção ativa de significados, no qual gênero, política e tecnologia se entrelaçam de maneira contingente, exigindo uma abordagem que vá além de categorias fixas e considere as dinâmicas transnacionais e mutáveis do antifeminismo contemporâneo (Goetz; Mayer, 2023; Van Veeren et al., 2026).

Contudo, apesar da força dessas mobilizações reacionárias, Connell e Messerschmidt (2005) lembram que a masculinidade hegemônica não é um sistema autoperpetuável sem resistência, pois este sempre estará aberto a desafios e mudanças históricas. O fato de haver uma "crise de masculinidade" sentida pelos seguidores da Red Pill é testemunha da eficácia das lutas feministas em desestabilizar o antigo regime de gênero. Assim, para conter o avanço do fascismo, Connell e Messerschmidt (2005) sugerem que é necessário não apenas criticar a masculinidade tóxica, mas buscar democratizar as relações de gênero, promovendo versões de masculinidade que sejam compatíveis com a igualdade e a justiça social. Isso exige reconhecer a agência das mulheres e de grupos subordinados na construção de novas realidades sociais, em vez de aceitar o modelo univariado de poder proposto pelos líderes Red Pills.

Finalmente, percebe-se o movimento Red Pill como um fenômeno cultural da internet e um sintoma profundo da rearticulação das forças coloniais, patriarcais e fascistas no século XXI. Ao analisar esse movimento sob a ótica da masculinidade hegemônica, percebe-se que a luta pela igualdade de gênero é indissociável da luta pela democracia (Goetz; Mayer, 2023), visto que a extrema-direita compreendeu que controlar a definição de "homem" e "mulher" é o primeiro passo para controlar a sociedade como um todo (Van Veeren et al, 2026).

Portanto, o combate a essas ideologias exige uma abordagem interseccional, que compreenda como o gênero se entrelaça com a raça e a classe para sustentar

estruturas de desigualdade. O "despertar" proposto pela Red Pill é, na verdade, um orgulho em um passado mítico e violento. O verdadeiro desafio histórico, portanto, é a neutralização desses mecanismos de "naturalização" da dominação, abrindo espaço para transformações genuínas que libertem tanto homens quanto mulheres das amarras do patriarcado hegemônico

Referências

ARGUEDAS-RAMÍREZ, Gabriela. The Twenty-First-Century Crusade against Democracy in Latin America: 'Gender Ideology' at the Frontline. *In*: GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Ed.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: far-right and religious attacks on equality and diversity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. p. 27-49

BAUER, Mareike Fenja. Anti-Feminism in the Context of Corona Conspiracy Theories in Germany. *In*: GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Ed.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: far-right and religious attacks on equality and diversity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. p. 202-223.

BBC NEWS BRASIL. **O que se sabe sobre atirador que se filmou em ataque na Nova Zelândia**. 15 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47586983>. Acesso em: 25 abr. 2026

BOURDIEU, Pierre. **Masculine Domination**. Tradução de Richard Nice. Cambridge, UK: Polity Press, 2001.

BROD, Harry (Ed.). **The Making of Masculinities: the new men's studies**. New York: Routledge, 1992.

COPLAND, Simon. Weak Men and the Feminisation of Society: Locating the Ideological Glue between the Manosphere and the Far-Right. *In*: GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Ed.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: far-right and religious attacks on equality and diversity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. p. 116-136.

GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Ed.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: far-right and religious attacks on equality and diversity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023.

MAYER, Stefanie; GOETZ, Judith. Global Perspectives on Anti-Feminism. *In*: GOETZ, Judith; MAYER, Stefanie (Ed.). **Global Perspectives on Anti-Feminism: far-right and religious attacks on equality and diversity**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. p. 1-24.

VAN VEEREN, Elspeth; MOERKING, Elisabeth; DRYER, Harvey. **Taking the red pill**: conspiracy theories, gender, and the “elusive epistemologies” of the “manosphere”, 2026.

BARGANHAS PATRIARCAIS E AGÊNCIA FEMININA: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO TRADWIFE

Hanna Queiroga Jogaib

A compreensão das relações de gênero na sociedade contemporânea exige uma análise com maior profundidade do que as tradicionais opressivas, tornando necessário a percepção de como o indivíduo constroem trajetórias dentro de estruturas sociais historicamente marcadas pela desigualdade. Diante disso, autores como Diniz Kandiyoti e Lois McNally oferecem perspectivas fundamentais para a compreensão de gênero e poder em distintas articulações de contextos históricos e sociais. O surgimento de fenômenos como o movimento ‘tradwife’ (esposa tradicional) revela a perpetuação e reconfigurações de padrões tradicionais nas formas culturais e midiáticas.

A desigualdade de gênero foi naturalizada ao longo da história através de narrativas culturais. Contos da Grécia Antiga e do Cristianismo, por exemplo, colocam a posição da mulher como culpada pelos males do mundo, sendo uma justificativa para a submissão (Brito e Simas, 2025). Posteriormente, na Idade Média, atores estatais e religiosos controlavam as mulheres através da figura mítica de ‘bruxa’, no sentido que não condizia com o ideal de pureza e castidade.

Nesse período, o ideal mariano consolidado através das artes católicas, demonstrava a imagem da Virgem Maria como modelo máximo da feminilidade ideal - silenciosa e devota -, assim, a ‘falação feminina’ passou a ser associada à imoralidade (Brito e Simas, 2025). Ademais, os casamentos arranjados foram instituídos ao longo da história como um contrato de negócios para manutenção de castas e posses, assim colocando a mulher como uma moeda de troca e tal estrutura servindo como ferramenta disciplinar.

Com a ascensão do capitalismo, as questões domésticas femininas foram reforçadas ao assegurar a reprodução da força de trabalho masculina, criando uma espécie de esfera pública, exclusivamente tendo domínio masculino, e privada, tradicionalmente posta ao universo feminino (Brito e Simas, 2025). Vinculado a essa questão, o surgimento da família patriarcal está ligado a incorporação e controle pelo Estado, pois com o desenvolvimento comercial, o poder necessitava de mecanismos eficazes para extrair excedentes (Kandiyoti, 1988).

Com isso, além da família patriarcal concentrava recursos, o Estado interagiu com a figura de comando responsável pela ordem interna e produção, no caso, o patriarca (Brito e Simas, 2025). Assim, o controle estatal e econômico gerou formas de subordinação femininas, mas também masculina, e de certa forma semelhantes, que ultrapassam as fronteiras religiosas. O controle do Estado sobre a família produz resultados uniformes transculturais na desapropriação das mulheres (Kandiyoti, 1988).

Em contrapartida, as estratégias femininas variam conforme a estrutura patriarcal vigente. Em países africanos, o sistema de poligamia coexiste com áreas de relativa autonomia feminina, em que as mulheres administram a produção agrícola e o comércio (Kandiyoti, 1988). Nessa perspectiva, a resistência feminina é mais aberta, manifestando-se como recusa à apropriação masculino em seus trabalhos gerenciais. Contrastando com países do Oriente Médio, Sul e Ásia em que o patriarcado clássico domina a formação social, tem a tendência da submissão e manipulação feminina, internalizando o sistema na expectativa a ser sonho almejado por esse público.

Desse modo, os sistemas patriarcais foram estruturados para estabelecer uma divisão desigual em relação aos gêneros. Contudo, como argumenta Kandiyoti (1988), a supremacia masculina não deve ser entendida como estrutura monolítica e imutável, mas um conjunto de arranjos que se modificam socialmente em perspectivas culturais, econômicas e históricas. Essas estratégias não implicam necessariamente na submissão passiva, mas em formas complexas de adaptação e negociação.

Através do conceito de “barganha patriarcal” é possível observar como as mulheres não são apenas receptoras de normas opressoras, mas estrategistas que operam dentro dessas restrições concretas para maximizar a segurança e uma mínima condição de vida (Kandiyoti, 1988). Sendo assim, o patriarcado apoia-se num conjunto de scripts que variam entre diferentes culturas, em que as mulheres agem de forma estratégia em que aceitam certas restrições em troca de benefícios específicos.

Tal barganha permite compreender que mulheres podem optar por aderir a certos papéis tradicionais não por alienação ou ignorância, mas por esses postos que oferecem benefícios concretos no contexto de restrição estrutural. Exemplificando casos clássicos em que mulheres recém-casadas podem aceitar posições subordinadas com a expectativa de adquirir autoridades futuras como matriarca ou sogras, ou gerir o dinheiro da família, visivelmente notável em países asiáticos (Kandiyoti, 1988).

Ademais, é preciso analisar a dimensão da agência individual, assim as contribuições da McNay (2003) tornam fundamentais que a crítica a abordagens que diminuam esses indícios como estruturas discursivas. A autora argumenta em favor de uma “agência generativa” a qual busca superar o “paradigma negativo”, deslocando essa percepção do indivíduo em ser efeito passivo para as estruturas, sendo representado em teorias pós-estruturalistas. Ao invés disso, propõem que deve ser entendido como processo ativo de ações, em que o indivíduo negocia e transforma normas.

Grande parte dos trabalhos feministas contemporâneos, como o de Judith Butler - citado pela autora - oferece um relato parcial da capacidade de ação. Ao criticar o “paradigma negativo”, visto apenas como formas passivas das normas de gênero impostas, McNay vê a agência como resistência de normas é insuficiente para explicar a dinâmica que interfere diversas áreas tanto no âmbito individual como na sociedade.

A teoria feminista adote um quadro mais generativo e hermenêutico, ou seja, reconhecer o processo ativo de autointerpretação das mulheres e capacidade criativa de responder de formas inovadoras e inesperadas as pressões sociais, em vez de

retará-la apenas como sujeitos moldado pelo discurso (McNay, 2003). De acordo com (McNay, 2003; p. 147), tal perspectiva hermenêutica “reveals that the problem for a feminist programme of emancipatory change is not simply the recognition of the potentiality for change within the increasing instability of gender norms in an era of detraditionalization”.

Na percepção da autora (2003), o feminismo deve mapear as novas formas de autonomia e dependência que emergem da reestruturação das relações de gênero na sociedade capitalista tardia. O descompasso crescente entre expectativa de igualdades sociais das mulheres jovens e a realidade discriminatória contínua, o programa feminista de mudanças emancipatórias deve ir além da teoria abstrata e combater a forma como as desigualdades sistêmicas bloqueiam o potencial de mudança, transformando a esperança em resignação.

Essa perspectiva é particularmente útil para analisar fenômenos contemporâneos que parecem contradizer avanços feministas, como o crescimento dos movimentos tradwifes. Tais correntes de valores foram popularizadas em plataformas digitais como TikTok e Instagram, com influenciadoras que promovem o retorno a papéis de gênero tradicionais, através de rotinas “perfeitas” focadas em culinárias e organização do lar.

Um ponto vital desse movimento foi consolidar dentro da denominada “momosphere”, um ecossistema de blogs criados por mães que compartilham rotinas domésticas e cuidados com a família (Brito e Simas, 2025), capturando a insatisfação das mulheres pela dupla jornada na modernidade. Além disso, ganhou força durante a pandemia de Covid-19 que, com a crise global, foi gerada uma sensação de incerteza que impulsionou o desejo do retorno a valores tradicionais.

Entre dos mecanismos utilizados, pode-se citar o caso da Bailarina Farm, Hannah Neeleman, uma influenciadora famosa por ser a personificação da identidade da tradwife, que além das performances midiáticas como o TikTok, ela possui uma loja que vende produtos da fazenda em que mora, tendo seu próprio negócio através das redes sociais (Retzlaff, s.d). Ademais, a influenciadora é casada com um homem de elevado capital econômico, o que na maioria das vezes, outras mulheres não têm a mesma realidade.

Todavia, em um vídeo em 2021, Neeleman espera alegremente o presente de aniversário do marido com a expectativa de ser passagens para Grécia, contudo ela ganha um simples avental de ovos. Esse momento resume a essência do pacto patriarcal, a decepção de Neeleman é rapidamente disfarçada pela gratidão, mas o avental serve como um lembrete de seu papel como esposa e mãe (Retzlaff, s.d).

Ademais, novos elementos aprofundam a complexidade dessa dinâmica de gêneros. Exemplificando, o uso das redes sociais que desempenham um papel central na construção e disseminação de ideais de gênero, sendo um espaço performático em que identidades são constantemente avaliadas e exibidas. No caso das tradwives, a estética da feminilidade tradicional é constantemente apresentada como ideal a ser alcançado, reforçando padrões específicos de comportamento e aparência.

Outro aspecto é a estética de glamour nas produções tradwives é uma construção cuidadosa transformando a submissão e domesticidade em um estilo de vida aspiracional e desejável para o público feminino (Costa, 2024), contrastando com a realidade exaustiva do trabalho doméstico comum. O visual como um regresso a um tempo ‘místico’, também é altamente rentável atraindo marcas de luxo para patrocínios, transformando esse estilo de vida em um mercado publicitário profissional.

Tal estratégia manifesta-se através da perfeição visual é uma tentativa de dar prestígio social à função de dona de casa, competindo diretamente com a imagem da mulher independente (Costa, 2024). Assim, movimentos conservadores servem também como instrumentalização política, como influência para público feminino jovem, vendendo a dependência financeira como uma escolha de felicidade e liberdade. Ao glamourizar esse passado, o movimento tenta apagar as lutas feministas, e mascarar a precarização e o isolamento doméstico como forma de contracultura.

Pode-se relacionar com Kandiyoti (1988) o movimento das tradwives através do conceito de “barganha patriarcal”, sugerindo que essas mulheres estão agindo estrategicamente para operarem dentro de um conjunto de restrições para maximizar a segurança. Ao observar que a ordem mundial tradicional entra em crise, como o

colapso do modelo do homem provedor, muitas mulheres podem resistir à transição por verem ‘alternativas empoderadas’ no mercado de trabalho.

Assim, as ‘tradwives’ seriam um ‘recurso ao conservadorismo’, tentando restaurar a integridade de uma barganha antiga, a proteção econômica masculina. É visto nos estudos de Kandiyoti (1988), sobre os movimentos pró-família nos EUA sugerindo que mulheres escolhem ‘ficar em casa’ como estratégia de vincular os homens mais firmemente a elas, no contexto de responsabilidade conjugal. Tal domesticidade pode ser uma forma de resistência passiva contra a insegurança econômica do sistema salarial moderno.

Utilizando conceitos como “antecipação prática do futuro”, McNay (2003) argumenta que a esperança e a orientação para perspectivas futuras dependem do poder e das chances objetivas que o mundo oferece. Também expande para um processo da “prática social temporalizada”, em que o tempo é gerado no próprio desenrolar da ação. Assim, as tradwives surgem do desacordo crescente entre as expectativas de igualdade social das mulheres jovens e a realidade opressiva do mercado de trabalho. Tal movimento pode ser analisado como uma resposta a essa assimetria, quando o ideal da igualdade se torna cinismo, o sujeito pode oscilar para a fantasia a modelos passados como forma de gerenciar expectativas frustradas (McNay, 2003).

A autora (2003) rejeita a ideia de que as mulheres são apenas efeitos passivos do discurso conservador. As tradwives seria como uma resposta inesperada, a problemática e a complexidade da vida contemporânea, em que o sujeito tenta exercer autonomia através da autointerpretação que busca estabilidade em meio às incertezas sociais. Assim, escolhas individuais são profundamente moldadas por relações de poder que influenciam percepções futuras, refletindo na internalização de limites delas.

Ao analisar o movimento conservador a partir da inserção na contemporânea se manifestam principalmente no âmbito digital, em que as mulheres passam a compartilhar rotinas domésticas como forma de construção identitária e política (Costa, 2024). O papel da mulher é ressignificado como uma função social

estratégica, vinculada a manutenção de uma ordem social específica, ultrapassando o âmbito individual inserindo disputas políticas e culturais.

Mulheres são frequentemente posicionadas como responsáveis pela preservação cultural, voltada à educação e valores (Diegues, 2025). Elas não reproduzem papéis tradicionais, mas também atuam como agentes de difusão de valores, reforçando a centralidade da família e a divisão sexual do trabalho. Além disso, Diegues (2025) destaca que o movimento está associado a uma agenda ideológica mais ampla, buscando resistir à transformação social relacionada ao multiculturalismo e a diversidade e mudanças globais.

Ao observar a participação das mulheres na política, o espaço doméstico é historicamente apresentado como um lugar de felicidade feminina, uma ideia que ressurge ciclicamente para reafirmar valores patriarcais e binários (Costa, 2024). É visto que a autora Júlia Costa (2024) observa a instrumentalização de mulheres como figuras ‘adjacentes’ de poder, como posições de primeira-dama e embaixatriz, para suavizar e legitimar a imagem de líderes masculinos. Assim, o poder de persuasão digital ao ouvir uma mulher defendendo o antifeminismo, o discurso deixa de ser visto como opressão masculina e acaba a ser recebido como uma defesa da família e valores tradicionais.

Ao comparar o fenômeno das tradwifes em articulação com a política atual, especialmente na ascensão do discurso conservador, Costa (2024) argumenta que esse movimento deve ser compreendido como parte estratégica mais ampla que busca reduzir as tensões de gênero no espaço político, através da desvalorização do papel doméstico feminino e deslegitimação da pauta feminina. Esposa tradicional é uma ‘domesticação simbólica’, na qual a mulher é reposicionada como figura auxiliar.

As dimensões performativas, enfatizando que as produções de conteúdo desse movimento funcionam como encenação que reforçam modelos binários de gênero. Além de reproduzirem estereótipos tradicionais, também os transformam em ferramentas políticas e midiáticas, contribuindo para a naturalização de hierarquia de gênero (Costa, 2024). Assim, o movimento não é uma escolha individual ou estilo de

vida, mas parte de um processo mais amplo de construção simbólica para articular questões de poder e gênero.

As autoras Iana Brito e Rafaela Simas (2025) argumentam o debate de gênero em um contexto mais amplo de transformações sociais e acadêmicas, destacando a importância das interações entre universidade, movimentos sociais e políticas públicas na construção de novas compreensões sobre desigualdade e diversidade. A partir dessa perspectiva, o gênero é entendido como uma categoria relacional e histórica, que se articula com outros marcadores sociais, como classe, raça e sexualidade. Essa abordagem permite compreender que fenômenos contemporâneos - como aqueles promovidos pelo movimento tradwife - não surgem isoladamente, mas estão inseridos em disputas mais amplas sobre os sentidos do feminino na sociedade resultado de estruturas sociais que continuam a influenciar a organização da vida social e das identidades de gênero.

Em relação as esposas tradicionais, há um subgrupo das chamadas “esposas troféu” (trophy wife), figura relacionada a mulheres jovens e atraentes que se casam com homens mais velhos e ricos. Com isso, às trophy wife estão ligadas a status social como forma de reconhecimento dentro da sociedade e relação conjugal. Ambas, dão continuidade às reconfigurações dos padrões de gênero e o papel da mulher nas relações heteronormativas, reforçando a dependência econômica e assimetria de poder.

Outro movimento conservador que se relaciona com as tradwives são os red pill, sendo uma comunidade online composta majoritariamente por homens que promovem ideias misóginas e violentas. O termo refere-se ao filme Matrix (1999), em que a pílula vermelha significa o despertar para a realidade, tal metáfora diz respeito ao enxergar a dominação feminina na sociedade atual (Mattheis, 2021), assim, servindo como mecanismo de recrutamento e radicalização para ‘posição original’.

São interligados através de uma rede de culturas digitais de gênero extremo, ambos os possuem a base de promoção de papéis de gênero binários e tradicionais. Enquanto a cultura red pill foca na construção masculina patriarcal forte, já a tradwife foca na feminilidade submissa, ambos formam uma matriz para a

performance de gênero (Mattheis, 2021). As pontes para ideologias atuam como como normalizadores lógicos raciais através dessas percepções de gênero.

Ademais, esses movimentos se fortalecem mutuamente no âmbito digital, formando um ecossistema discursivo, em que influenciadores associados ao red pill frequentemente utilizam o ideal da tradwife como exemplo de ‘feminilidade correta’, enquanto os conteúdos produzidos pelo movimento feminino tendem a validar a necessidade de uma masculinidade provedora (Mattheis, 2021). Assim, essa dinâmica, cria uma retroalimentação simbólica em que as expectativas de gênero são constantemente reforçadas e neutralizadas. Com isso, as redes sociais funcionam como construção identitária, em que publicações digitais de gênero são recompensadas por engajamentos.

A articulação entre ambos os movimentos pode ser interpretada como uma resposta para as mudanças sociais modernas que desafiam as estruturas tradicionais. Diante das mudanças de mercado, arranjo familiar e pautas de igualdade, os movimentos oferecem imagens de estabilidade e previsibilidade, baseados na retomada dos papéis conservadores. Todavia, tal reconfigurar não apresenta somente o retorno passado, mas uma adaptação estratégica a novas condições tecnológicas sociais, ao mesmo tempo, em que oferece sentido de pertencimento e contribuindo para a reprodução de desigualdade estrutural entre homens e mulheres.

Em resumo, as contribuições das autoras, conclui-se que as dinâmicas de gênero na atualidade não conseguem ser compreendidas por categorias rígidas de opressão ou liberdade, mas como processos marcados por condicionamentos estruturais. As ‘pechinchas patriarcais’ ditas por Kandiyoti (1988) são imutáveis, entram em crise devido ao impacto de novas transformações socioeconômicas. Quando os antigos pactos se rompem, as mulheres podem recair tanto de modo revolucionário quanto o recurso ao conservadorismo.

Enquanto McNay ressalta a capacidade que o indivíduo tem de agir não é plenamente autônoma, mas moldada por fatores simbólicos, sociais e históricos. Dessa forma, práticas vistas como libertinas e escolha individuais, devem ser analisadas como ações condicionadas, que reproduzem estruturas de poder. Assim, a relação entre as duas autoras permite compreender que relações de gêneros são

renegociadas, em que a persistência das desigualdades quando a própria complexidade das formas de ação dentre elas.

Na perspectiva histórica, é possível identificar paralelos entre fenômenos das tradwives e movimentos anteriores a mudanças em relação de gênero. Em períodos de crise ou transformações sociais, é comum ter o retorno de valores tradicionais como forma de restaurar uma sensação de estabilidade. Kandiyoti (1988) aponta que o colapso de certos arranjos patriarcais gera respostas conservadoras, nas quais as mulheres buscam reafirmar normas tradicionais como estratégia de proteção. Assim, questões dos comportamentos contraditórios podem ser resolvidos por meio da identificação das lógicas de negociação presentes em diferentes sistemas patriarcais.

Nos demais artigos, Marina Diegues e Júlia Costa demonstram a instrumentalização política por meio desses movimentos conservadores. Através do discurso antigo, o poder político transforma a vulnerabilidade feminina em ferramenta de legitimação, usando a posição ‘adjacente’ das mesmas para suavizar normas autoritárias. Adicionalmente, Brito e Simas sublinham o papel das redes digitais na criação de uma ‘educação conservadoras’, por meio da glamourização que atua como sedução para o público feminino, ocultando a exaustão do trabalho doméstico e a dependência econômica.

Portanto, o cenário atual representa uma disputa de imaginário, em que a ‘mística feminina’ transformada digitalmente reflete como as desigualdades estruturais fecham portas de mudanças, levando o indivíduo a compreender que o espaço conservador de prestígio e segurança moral. Para as teorias feministas, há um grande desafio em combater as contradições materiais que transformam a esperança em descrença, tornando a submissão em estratégia de vida a ser almejada pelas novas gerações.

Em suma, a relação de gênero na contemporaneidade exige uma abordagem que articule tradição e inovação. As autoras contribuem para a compreensão de que as escolhas individuais são moldadas por contatos de relação de poder e histórica. O movimento das tradwives ilustra como padrões tradicionais podem ser reconfigurados e ressignificados em novos contextos exigindo uma análise mais complexa. Diferente de representar um regresso total ao passado, esse fenômeno

revela a continuidade e transformação das dinâmicas de gênero, focando na necessidade de críticas das possibilidades de igualdade no mundo atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRITO, Iana Diógenes Azevedo; SIMAS, Rafaela Castro Gadelha. **Movimento tradwife e a pedagogia de ser esposa e ser mãe: identidades e subjetividades femininas.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

COSTA, Júlia Morena. **Mulheres na política: da domesticação à adjacência, entre primeiras-damas e tradwifes.** Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, v. 8, n. 15, 2025. DOI: 10.70446/ephemera.v8i15.8035.

DIEGUES, Marina et al. " **Nós, mulheres, atraímos outras mulheres**": a potência da presença feminina no processo de expansão e consolidação da extrema direita. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

KANDIYOTI, Deniz. Negociando com o patriarcado. **Gênero e sociedade** , v. 2, n. 3, p. 274-290, 1988.

MATTHEIS, Ashley A. # **TradCulture**: Reproduzindo a branquitude e o neofascismo através do discurso de gênero online. In: Routledge handbook of critical studies in whiteness. Routledge, 2021. p. 91-101.

MCNAY, Lois. **Agência, antecipação e indeterminação na teoria feminista.** Feminist Theory , v. 4, n. 2, p. 139-148, 2003.

RETZLAFF, Kyleigh. **The Tradwife Fantasy: Patriarchal Bargains and Modern Gendered Oppression.** In: SALZANO, Matthew (ed.). How to Sell a Gendered Fantasy. Stony Brook, NY: Stony Brook Academic Commons, 2025. p. 9-16.

O CONSENSO DE GENEBRA E O ANTIFEMINISMO COMO POLÍTICA EXTERNA

Bruna Lourrayne Barbosa dos Santos

A Declaração do Consenso de Genebra de 2020, articulada diplomaticamente sob a liderança de governos conservadores, incluindo os Estados Unidos sob a gestão de Donald Trump, Brasil, Hungria e Egito, afirma categoricamente que não existe um "direito internacional ao aborto" e reposiciona a "família" como eixo central das políticas públicas globais. O documento, formalmente intitulado "Declaração do Consenso de Genebra sobre a Promoção da Saúde da Mulher e o Fortalecimento da Família", foi lançado em 22 de outubro de 2020 e contou com a adesão inicial de 32 países, muitos dos quais vêm sendo criticados por organizações de direitos humanos por suas políticas restritivas em relação à saúde reprodutiva.

Ao fazê-lo, a declaração desafia décadas de interpretações progressistas de tratados internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), que já vinha reconhecendo o acesso ao aborto legal e seguro como parte integrante dos direitos à saúde, à privacidade e à não discriminação. O Consenso de Genebra representa, portanto, uma reação institucionalizada ao avanço do regime global de direitos sexuais e reprodutivos, operando por meio de uma coalizão transnacional conservadora que articula Estados, organizações religiosas e think tanks alinhados ideologicamente.

A declaração usa a proteção da "família" para justificar suas posições contra o reconhecimento do aborto como direito internacional. Ao colocar a família no centro das políticas públicas, a declaração resgata uma concepção normativa específica de organização social, heteronormativa, hierárquica e centrada na figura do provedor masculino. Em *O Contrato Sexual*, Pateman (1988) demonstra que a separação entre esfera pública e esfera privada não é neutra, mas sim o mecanismo

fundador do patriarcado moderno. Ela argumenta que o contrato social clássico – de Hobbes, Locke, Rousseau e Kant – pressupõe e oculta um contrato sexual original, pelo qual os homens (os "irmãos") instituem o direito patriarcal sobre as mulheres. Como a autora afirma na introdução: "O contrato original é um pacto sexual-social, mas a história do contrato sexual tem sido sufocada" (Pateman, 1988, p. 15).

Aplicando essa análise ao Consenso de Genebra, observa-se que a estratégia da declaração tenta confinar a agência da mulher ao espaço doméstico e reprodutivo (o privado), retirando sua autonomia política (o público). Pateman observa que "a sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas" (Pateman, 1988, p. 17). O Consenso de Genebra opera exatamente nessa omissão: ao retificar a família como espaço "natural" da mulher, ele silencia o caráter político dessa divisão. A "proteção" da família revela-se, assim, como proteção da hierarquia patriarcal que a funda, exatamente o mecanismo que Pateman identifica como nuclear para a subordinação feminina nas sociedades contratuais modernas.

Um dos pilares centrais do Consenso de Genebra é a afirmação de que cada país tem o direito soberano de definir suas próprias leis sobre saúde da mulher, rejeitando categoricamente "interferências" de órgãos das Nações Unidas, tratados internacionais ou organizações não-governamentais transnacionais. Essa retórica soberanista serve como barreira à universalização dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em *Feminism and Nationalism in the Third World*, Jayawardena (1986) analisa as complexas relações entre movimentos feministas e projetos nacionalistas nos países do Sul Global (Egito, Turquia, Irã, Índia, Sri Lanka, China, Japão, Indonésia, Filipinas, Vietnã e Coreia). Sua contribuição central reside em mostrar como governos conservadores constroem a imagem do feminismo como uma "ameaça externa" ou imperialista. Jayawardena escreve:

Aqueles que querem continuar a manter as mulheres de nossos países em uma posição de subordinação acham conveniente descartar o feminismo como uma ideologia estrangeira. Deve-se, portanto, enfatizar que o feminismo, como o socialismo, não tem nenhuma identidade étnica particular (1986, p.19)

O Consenso de Genebra opera exatamente nesse registro: as pautas feministas transnacionais (acesso ao aborto legal, educação sexual integral) são silenciosamente enquadradas como imposições ocidentais que violariam a soberania dos Estados signatários. Jayawardena antecipa essa estratégia ao mostrar que, nos movimentos nacionalistas do século XIX e XX, "a criação e a afirmação de uma identidade cultural estavam dialeticamente relacionadas ao crescimento do imperialismo" (Jayawardena, 1986, p. 26) e que as mulheres frequentemente pagaram o preço mais alto por essa afirmação identitária.

A ironia, como Jayawardena documenta exaustivamente, é que as próprias mulheres dos países do Sul Global estiveram na vanguarda dos movimentos anticoloniais e nacionalistas, do Egito (Huda Sharawi) à Índia (Sarojini Naidu), da China (Jiu Jin) ao Vietnã (Minh Khai). O discurso do Consenso de Genebra, ao invocar a soberania contra o "feminismo globalista", silencia precisamente essa história de lutas femininas anticoloniais.

O Consenso de Genebra não é um fenômeno isolado, mas expressão de um movimento mais amplo de aparelhamento conservador do Estado. A obra *Feminismo: Perversão e Subversão*, da atualmente Deputada Estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo (2019), embora assumidamente antifeminista, declara na introdução que "o feminismo é um movimento político que contribui para o desentendimento e a crescente amargura entre os sexos, acelera a desagregação familiar, induz à eterna insatisfação e à libertinagem sexual" (Campagnolo, 2019, p. 34), oferece uma sistematização útil das premissas discursivas que orientam políticas como as do Consenso de Genebra. Campagnolo argumenta que o feminismo teria se tornado um "novo moralismo" ou uma "ideologia totalitária" que ameaça a família, a religião e os valores ocidentais tradicionais.

Embora esta seja uma posição normativa que não compartilhamos, sua explicitação permite identificar as bases retóricas do antifeminismo contemporâneo: a família como entidade ameaçada, o Estado como protetor da moralidade e o direito internacional como veículo de uma "ideologia de gênero" externa. É precisamente esse discurso que o Consenso de Genebra mobiliza.

Em contraste com a análise de Campagnolo (que trata o feminismo como intrinsecamente subversivo), a mestra em Relações Internacionais e docente Fernanda Medeiros (2017) oferece uma leitura estrutural da relação entre feminismo e neoliberalismo, a chave para entender como o Estado conservador opera no século XXI. Medeiros (2017) argumenta que o feminismo de terceira onda foi progressivamente cooptado pelo neoliberalismo, gerando aquilo que Nancy Fraser chamou de "feminismo criado do capitalismo".

Analizando o best-seller *Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar* de Sheryl Sandberg (2013), Medeiros (2017) identifica três dimensões da relação entre feminismo e neoliberalismo que são particularmente úteis para desmontar o antifeminismo estatal:

1. Barganha: o feminismo trocou sua substância revolucionária por aceitação mainstream, adotando a linguagem do empoderamento individual e do carreirismo. Medeiros observa que Sandberg personifica esse movimento ao advogar que mulheres "tomem seu lugar à mesa", um discurso que transfere para a mulher a responsabilidade por sua própria ascensão, desconsiderando barreiras estruturais (Medeiros, 2017, p. 157).
2. Instrumentalização: o neoliberalismo utiliza o feminismo como ferramenta de expansão, seja na área econômica (empoderamento como produto) ou na área política (individualização das lutas). Medeiros (2017, p. 153) argumenta, com base no conceito foucaultiano de governamentalidade, que o Estado neoliberal "encoraja os indivíduos a agirem de maneira empresarial em suas vidas", o que inclui as mulheres, agora responsabilizadas individualmente por sucesso profissional, bem-estar e segurança.
3. Reafirmação identitária: a exacerbação do indivíduo proporcionada pelo neoliberalismo fragmentou o movimento feminista, enfraquecendo sua potência coletiva. Medeiros (2017, p. 157) nota que "a busca acrítica por empoderamento pessoal e não coletivo levou à criação de um ambiente ultracompetitivo entre mulheres", o que Angela McRobbie chama de "feminilidade competitiva".

A conjunção dessas análises revela um paradoxo central. De um lado, o Estado conservador (que produz documentos como o Consenso de Genebra) utiliza a retórica antifeminista sistematizada por Campagnolo, a família ameaçada, o feminismo como subversão, a soberania contra interferências externas. De outro lado, o neoliberalismo, que o mesmo Estado frequentemente abraça, produziu um feminismo individualizado e despolitizado (Medeiros, 2017) que, ao focar no "empoderamento" de executivas, deixou de atacar as estruturas patriarcais que o Consenso de Genebra agora reafirma. O resultado é que o Estado conservador pode, simultaneamente, desmontar políticas públicas de gênero sob o argumento da "eficiência" neoliberal e criminalizar pautas feministas estruturais, como o direito ao aborto, exatamente o que o Consenso de Genebra faz.

Essa análise do Consenso de Genebra de 2020 à luz das contribuições teóricas mobilizadas confirma a tese inicial: trata-se de um esforço diplomático organizado de antifeminismo estatal, que articula três movimentos complementares.

Com Pateman (1988) e sua demonstração de que o "contrato original é um pacto sexual-social" (p. 15), vimos como a ênfase na "família" reatualiza a divisão público-privado que confina a mulher ao espaço doméstico e reprodutivo, silenciando o caráter político dessa divisão.

Com Jayawardena (1986), e sua documentação de como "o feminismo foi descartado como ideologia estrangeira" por forças conservadoras (p. 19), compreendemos como a retórica soberanista serve para barrar direitos em nome da defesa da "cultura local", apagando a longa história de lutas femininas anticoloniais no Sul Global.

Com Campagnolo (2019), como sistematização da retórica antifeminista contemporânea, e o contraponto via Medeiros (2017) e sua leitura crítica de Sandberg (2013), identificamos um paradoxo central: o antifeminismo estatal se alimenta tanto da retórica abertamente hostil ao feminismo (a subversão, a desagregação familiar) quanto da captura neoliberal do próprio movimento que, ao individualizar a luta e despolitizar a agenda de gênero, deixou as mulheres vulneráveis a retrocessos institucionais como o Consenso de Genebra.

O Consenso de Genebra, assim, comprova que o patriarcado não opera apenas nas sombras da tradição ou da violência explícita, mas atua de forma sofisticada e institucionalizada no coração das Relações Internacionais, valendo-se da diplomacia multilateral, do direito internacional, da retórica econômica neoliberal e da articulação transnacional conservadora.

Essa aliança diplomática conservadora impõe desafios agudos às agências femininas e aos movimentos sociais transnacionais contemporâneos. Como Jayawardena (1986, p. 19-20) já antecipava, "qualquer movimento de libertação e mudança social no Terceiro Mundo só pode ser fortalecido pela participação das mulheres em todos os níveis". O desafio, portanto, é duplo: ao mesmo tempo em que é necessário resistir à erosão dos direitos já conquistados, é preciso reconstruir um feminismo anticapitalista e antipatriarcal que não se curve à lógica neoliberal do individualismo e da competição. Como sugere Medeiros (2017, p. 164), é preciso distinguir entre o feminismo que se tornou "criado do capitalismo" e aquele que ainda ambiciona transformar as estruturas profundas da desigualdade. Caso contrário, coalizões como a do Consenso de Genebra continuarão a ditar os termos do debate internacional sobre os corpos, a sexualidade e a autonomia das mulheres.

REFERÊNCIAS

CAMPAGNOLO, Ana Caroline. **Feminismo: Perversão e Subversão**. Campinas: CEDET, 2019.

JAYAWARDENA, Kumari. **Feminism and Nationalism in the Third World**. London: Verso, 1986 [reimpressão 2016].

MEDEIROS, Fernanda Luíza Silva de. Feminismo e neoliberalismo na contemporaneidade: uma "nova razão" para o movimento de liberação das mulheres? **Tempo e Argumento**, v. 26, n. 2, p. 146-167, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANDBERG, Sheryl. **Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INTERSECCIONALIDADE, FEMINISMOS DO SUL E A GOVERNANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

Bruna Lourrayne Barbosa dos Santos

Em novembro de 2024, durante a COP29 em Baku, Azerbaijão, uma cena se repetiu, como em tantas conferências climáticas anteriores: enquanto mulheres indígenas da Amazônia compartilhavam suas experiências e soluções em eventos paralelos da sociedade civil, nas salas onde as decisões efetivas eram tomadas, suas vozes permaneciam inaudíveis. Nos corredores ao lado, negociações de alto nível ignoravam sistematicamente as demandas daquelas que vivem diariamente os impactos mais severos da crise climática. Essa dicotomia – entre quem sofre os efeitos das mudanças climáticas e quem decide as respostas globais – revela o paradoxo fundamental da governança climática contemporânea.

As Conferências das Partes (COPs) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima constituem o principal fórum global para a formulação de políticas climáticas. No entanto, esses espaços são predominantemente ocupados por homens brancos do Norte Global, enquanto as populações mais vulneráveis – mulheres negras e indígenas do Sul Global – permanecem sistematicamente sub-representadas nas delegações oficiais. Na COP30, realizada em Belém, estima-se que 1,6 mil indígenas de nove países participaram da conferência (Agência Brasil, 2025), mas sua presença nas mesas de negociação oficial permaneceu limitada. Esse cenário contrasta brutalmente com a composição demográfica do país e com o fato de que a população negra e indígena está entre as mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

Este ensaio defende que a exclusão das vozes de mulheres negras e indígenas das negociações internacionais sobre clima perpetua soluções ineficazes e coloniais, reproduzindo as mesmas estruturas de poder que geraram a crise ecológica.

Argumento que a superação dessa crise exige, necessariamente, que as Relações Internacionais incorporem o "lugar de fala" e as perspectivas dos feminismos negro e indígena, reconhecendo que a verdadeira justiça climática só será alcançada com justiça de gênero e raça.

A crise climática não afeta todas as pessoas da mesma forma. No Brasil, moradores de periferias – majoritariamente negros – têm 15 vezes mais chances de sofrer tragédias como enchentes e deslizamentos. Mulheres negras respondem por 80% dos deslocados climáticos globais, impactadas por perda de território, aumento da violência de gênero e falta de acesso à energia e água potável. Estudos da ONU Mulheres projetam que 158 milhões de mulheres e meninas podem ser levadas à pobreza até 2050 em decorrência das mudanças climáticas, com 236 milhões submetidas à insegurança alimentar – sempre com recorte agravado por raça, território e gênero.

Esses dados demonstram que não basta falar de "mulheres" de forma homogênea na crise climática. Como argumenta Patricia Hill Collins, a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder – envolvendo raça, classe, gênero, nacionalidade e outras categorias – se sobrepõem e funcionam de maneira unificada, moldando experiências distintas de vulnerabilidade e privilégio (Collins, 2017). Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, considerando que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Aplicada à governança climática, essa matriz de dominação revela que as mulheres negras e indígenas ocupam simultaneamente posições de vulnerabilidade ambiental, exploração econômica e exclusão política.

Djamila Ribeiro (2017) aprofunda essa análise ao discutir o conceito de "lugar de fala". Para a autora, o lugar social que determinados grupos ocupam restringe oportunidades e dificulta a possibilidade de transcendência – não se trata de uma visão essencialista de que apenas o negro pode falar sobre racismo, mas de reconhecer que o lugar social produz experiências distintas e outras perspectivas

(Ribeiro, 2017). No contexto climático, isso significa que mulheres negras e indígenas não devem ser apenas "tema" das conferências – objetos de estudo ou beneficiárias de políticas –, mas sim sujeitas políticas que formulam as soluções a partir de suas experiências vividas.

A ausência dessas vozes nos espaços de decisão não é apenas uma injustiça simbólica; é um erro epistêmico. A Declaração da Cúpula dos Povos (Cúpula dos Povos, 2025), evento paralelo à COP30 que reuniu movimentos sociais, afirma que "a governança climática não pode ser decidida sem a participação direta dos povos que vivem na linha de frente da crise". A interseccionalidade, portanto, não é um adorno teórico, mas uma ferramenta analítica indispensável para compreender as complexas dinâmicas de poder que organizam a governança climática global.

A exclusão de mulheres negras dos espaços de decisão internacional não é acidental. Ela é fruto de um sistema estrutural que, como Bell Hooks (2015) argumenta, opera através da combinação de racismo e sexismo para desumanizar e silenciar. Hooks (2015) demonstra como as mulheres negras foram historicamente construídas como "outras" – nem sujeitos plenos nos movimentos antirracistas (que priorizam homens negros), nem nos feminismos hegemônicos (que priorizam mulheres brancas). Essa dupla exclusão se reproduz hoje na governança climática: as mulheres negras são invisibilizadas tanto nos debates sobre racismo ambiental (que frequentemente focam em homens negros) quanto nas discussões sobre gênero e clima (que frequentemente universalizam a experiência feminina branca).

Grada Kilomba (2019) oferece uma lente crucial para entender essa dinâmica ao analisar como o conhecimento é produzido e legitimado. A autora afirma que a epistemologia dominante – aquela que determina quem pode falar, sobre o quê e de que maneira – é fundamentalmente colonial e patriarcal (Kilomba, 2019). No contexto acadêmico e diplomático, quando pessoas brancas falam, é "científico" e "objetivo"; quando pessoas negras falam, é "subjetivo" e "pessoal". Essa hierarquia epistêmica se manifesta nas COPs, onde os saberes tradicionais de mulheres indígenas e os conhecimentos experienciais de mulheres negras sobre racismo ambiental são sistematicamente desqualificados em comparação com os modelos científicos produzidos no Norte Global.

O conceito de racismo ambiental – amplamente discutido na literatura feminista negra – articula precisamente essa interseção entre raça, território e justiça climática. O racismo ambiental descreve como desigualdades raciais influenciam tanto a distribuição dos impactos ambientais quanto o acesso aos espaços de decisão. As comunidades negras e periféricas são desproporcionalmente afetadas por enchentes, secas e ondas de calor, enquanto suas vozes permanecem excluídas dos fóruns onde essas políticas são formuladas.

Essa dinâmica não se limita ao Brasil. Na COP29, países como Rússia, Arábia Saudita e Egito rejeitaram veementemente qualquer menção à interseccionalidade e à diversidade de gênero nos textos das negociações. A resistência à linguagem interseccional e aos referenciais de direitos humanos nas negociações revela como as estruturas de poder internacionais perpetuam ativamente a exclusão de perspectivas que desafiam o status quo. O feminismo negro, ao denunciar essa colonialidade do poder e do saber, oferece uma crítica indispensável à diplomacia tradicional e às Relações Internacionais como campo de conhecimento.

As mulheres indígenas são reconhecidamente as maiores protetoras da biodiversidade global, mas sua agência política é frequentemente silenciada nas Relações Internacionais. A Declaração Política da Cúpula Global de Mulheres e Jovens Indígenas, apresentada na COP30 em Belém, afirma que "os Povos Indígenas são guardiões da biodiversidade do planeta e administradores dos sumidouros de carbono fundamentais" e que "proteger nossas terras e territórios é indispensável para qualquer solução climática efetiva" (International Forum Of Indigenous Women, 2025).

As mulheres indígenas, como destaca a declaração, "estiveram em primeiro lugar na salvaguarda das terras, as águas, as sementes e as florestas, garantindo a soberania alimentar, a biodiversidade e a resiliência". No entanto, elas também são "as pessoas mais atingidas pela mudança climática" e enfrentam "formas intersectadas de violência: violência de gênero, deslocamento forçado, criminalização e danos ambientais, agravados pela crise climática e pela indústria extrativista". Essa "violência climática é tanto ecológica quanto estrutural e está

ancorada no colonialismo, no patriarcado e na injustiça sistêmica" (International Forum Of Indigenous Women, 2025).

Para compreender a profundidade dessa crítica, é necessário recorrer às elaborações teóricas dos feminismos populares na América Latina. O Feminismo Camponês e Popular, desenvolvido pela Articulação de Mulheres da CLOC/Via Campesina, define-se como uma teoria social e projeto político em construção que reconhece o patriarcado como "um sistema de opressão que foi estruturalmente incorporado pelo capitalismo, porque lhe permite manter e fortalecer as relações de poder e exploração, e nos atinge de maneira mais brutal às mulheres" (Barbosa, 2019). Para essas mulheres, a emancipação prescinde a superação do patriarcado e do capitalismo, considerados sistemas de opressão e exploração de mulheres e homens. Como afirmam, "nossos inimigos não são os homens, nem o sexo masculino, mas o patriarcado e o capitalismo que explora a ambos os sexos, impondo papéis e padrões culturais que regem e controlam nossa classe e nossos corpos" (Barbosa, 2019). A interseção entre classe, etnia/raça e gênero é central para essa concepção, que compreende a dialética das opressões intrínsecas às três categorias.

Paralelamente, o Feminismo Comunitário, concebido por mulheres indígenas bolivianas e guatemaltecas, propõe ferramentas teóricas para elucidar as raízes históricas do patriarcado e suas dimensões de opressão sobre os corpos das mulheres indígenas (Barbosa, 2019). Uma de suas categorias centrais é o território-corpo-terra, concebido para enfrentar a exploração extrativista no marco da política neoliberal (Cabnal, 2010 apud Barbosa, 2019). O Feminismo Comunitário critica a abordagem dicotômica colonial e a concepção linear da história, propondo uma visão em "ciclos espirais" na qual o passado e o futuro estão contidos no presente (Barbosa, 2019). Ele defende a despatriarcalização e a descolonização a partir do fundamento teórico-epistêmico das chamadas "Quatro D": desde os povos originários se constroem os processos de libertação; despatriarcalização dos Estados e sociedades; descolonização dos corpos, das culturas e dos territórios; e desneoliberalização anticapitalista (Barbosa, 2019).

Ambos os feminismos rompem com a lógica predatória capitalista que domina os fóruns internacionais. Enquanto a governança climática hegemônica busca soluções tecnológicas e mercadológicas dentro do mesmo paradigma que gerou a crise, as cosmovisões indígenas e camponesas oferecem uma alternativa radical: a compreensão de que a crise climática é "fundamentalmente uma crise de direitos, da justiça e da vida, ancorada no colonialismo, na exploração e na desigualdade estrutural" (Barbosa, 2019). A luta pela vida, como horizonte revolucionário, explicita a natureza do projeto político para os povos indígenas, especialmente para as mulheres: outro mundo em que se possa viver, sem medo de ser mulher (Barbosa, 2019).

A experiência da Cúpula Global de Mulheres e Jovens Indígenas na COP30 ilustra tanto a potência quanto os limites dessa agência. O evento reuniu lideranças de mais de 30 países, que exigiram "posições de co-presidência indígena e de gênero nos quadros da governança climática global" (International Forum Of Indigenous Women, 2025). Como afirma a declaração final: "Nós trazemos soluções enraizadas na relacionalidade profunda com a terra, no conhecimento intergeracional e no entendimento de que a justiça climática não pode existir sem a justiça de gênero" (International Forum Of Indigenous Women, 2025).

A governança climática global enfrenta um paradoxo insolúvel: as populações mais afetadas pela crise são as menos representadas nas soluções. Os dados da COP30 expõem a exclusão racial e de gênero nas delegações oficiais; os relatos da Cúpula Global de Mulheres e Jovens Indígenas documentam o silenciamento de vozes indígenas e a resistência à linguagem interseccional; e as declarações das mulheres indígenas afirmam sua centralidade nas soluções climáticas enquanto denunciam sua exclusão dos processos decisórios (International Forum Of Indigenous Women, 2025; Agência Brasil, 2025).

Estes exemplos demonstram que as teorias das Relações Internacionais precisam urgentemente incorporar as epistemologias negras e indígenas para lidar com crises globais complexas. A interseccionalidade, como ferramenta analítica, revela como raça, classe, gênero e colonialismo se entrelaçam para produzir vulnerabilidades específicas e exclusões sistemáticas (Collins, 2017; Collins; Bilge,

2021). O "lugar de fala" de mulheres negras e indígenas não é um privilégio identitário, mas uma posição epistêmica que produz conhecimentos indispensáveis para a sobrevivência planetária (Ribeiro, 2017).

Os feminismos populares – o Feminismo Camponês e Popular e o Feminismo Comunitário –, ao proporem a despatriarcalização e a descolonização como eixos centrais de suas lutas, oferecem um horizonte político que vai além da mera inclusão nos fóruns existentes. Eles demandam uma transformação radical das estruturas de poder que organizam a governança global, reivindicando um "paradigma epistêmico do campo" (Barbosa, 2019) fundado no vínculo com a terra, com o território e com a vida comunitária.

A verdadeira justiça climática só será alcançada com justiça de gênero e raça. Como afirmam as mulheres indígenas em sua declaração: "Nós, Mulheres Indígenas e Jovens, trazemos conosco as vozes dos nossos Povos, a sabedoria dos nossos ancestrais e nosso compromisso compartilhado de proteger a Mãe Terra" (International Forum Of Indigenous Women, 2025). Que a comunidade internacional aprenda, finalmente, a escutar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. COP30: 1,6 mil indígenas de nove países participam da conferência do clima. **Agência Brasil**, Brasília, 10 nov. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/cop30-16-mil-indigenas-de-nove-paises-participam-da-conferencia-do-clima>. Acesso em: 28 jun. 2026.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **NORUS – Revista de Gestão, Educação e Políticas Públicas**, v. 7, n. 11, p. 197-231, jan./jul. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2017. ISSN 2317-4919. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CÚPULA DOS POVOS. **Declaração da Cúpula dos Povos rumo à COP30.**

Belém: Cúpula dos Povos, 2025. Disponível em: <https://cupuladospovoscop30.org>.

Acesso em: 28 jun. 2026.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman: Black Women and Feminism**. 2. ed. New York: Routledge, 2015.

INTERNATIONAL FORUM OF INDIGENOUS WOMEN. **Declaration of the Global Summit of Indigenous Women and Youth: our collective voice at COP30.** Belém: FIMI, 2025. Disponível em: <https://fimi-iiwf.org/en/declaration-of-the-global-summit-of-indigenous-women-and-youth-our-collective-voice-at-cop30/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano.

Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI. No Museu Goeldi, mulheres indígenas do mundo apresentam Declaração Política para a COP30. **Gov.br**, Belém, 13 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/museugoeldi/pt-br/arquivos/noticias/no-museu-goeldi-mulheres-indigenas-do-mundo-apresentam-declaracao-politica-para-a-cop30>. Acesso em: 28 jun. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

FEMINISMO DAS CELEBRIDADES: ENGAJAMENTO REAL OU CONSTRUÇÃO DE IMAGEM PÚBLICA?

Maria Eduarda B. Nogueira

1 INTRODUÇÃO

O movimento #MeToo surgiu como uma das mais impactantes mobilizações contemporâneas contra o assédio e a violência sexual. Embora a expressão tenha sido criada em 2006 pela ativista Tarana Burke, para reconhecer as experiências anteriormente citadas, principalmente sofridas por mulheres que moravam em sociedades de baixa renda. O movimento encoraja as mulheres a se abrirem sobre suas experiências de assédio e a violência sexual, busca responsabilizar os perpetradores por seus atos e providência as sobreviventes com devido apoio. Foi em 2017 que o movimento ganhou dimensão global, quando diversas mulheres (muitas delas celebridades) passaram a compartilhar publicamente suas experiências nas redes sociais, esse crescimento foi impulsionado por denúncias envolvendo figuras poderosas da indústria do entretenimento, como o caso do produtor Harvey Weinstein, revelando padrões estruturais de abuso e silêncio que ocorreram durante várias décadas.

Nesse contexto, o chamado “Feminismo das Celebridades” ganhou destaque. Atrizes, cantoras e influenciadoras passaram a utilizar sua visibilidade para amplificar debates sobre desigualdade de gênero, consentimento e cultura do estupro. Nomes como Alyssa Milano – que incentivou o uso da hashtag #MeToo – exemplificam como figuras públicas podem atuar como catalisadoras de mobilização social. Ao longo do ensaio falaremos do outro lado desse fenômeno: enquanto o engajamento de celebridades ajuda a dar visibilidade e legitimidade às pautas feministas, críticos apontam que ele pode, em alguns casos, simplificar questões complexas ou concentrar a atenção em experiências de mulheres mais privilegiadas,

deixando em segundo plano vozes marginalizadas. Assim, o feminismo das celebridades se situa em uma tensão constante entre amplificação e representação.

2 FEMINISMO DAS CELEBRIDADES

Embora nos últimos anos a cultura popular tenha colocado o feminismo em evidência, as adolescentes anteriores a 2020 cresceram dentro de uma cultura midiática pós-feminista de "empoderamento feminino". Enquanto o pós-feminismo transmitia uma mensagem de igualdade entre as mulheres e, portanto, o feminismo estava obsoleto, um feminismo popular reinstaurou o feminismo como uma identidade e um "rótulo político", embora ainda atrelado ao consumismo, ao individualismo e à cultura das celebridades. Entretanto, o ativismo político das feministas que lutam contra os problemas persistentes de sexismo, racismo e violência sexual recebe rotineiramente menos atenção da mídia, assim como os ataques pessoais que as feministas enfrentam ao se manifestarem contra as injustiças sociais na mídia.

Como diz Sarah Banet-Weiser (2018), o feminismo popular, tão visível, se destaca porque "se expressa por meio de uma voz de privilégio e igualdade" e não desafia nem ameaça a ordem social que "permite que a desigualdade seja lucrativa" – nesse contexto, a cultura das celebridades desempenha um papel central na difusão desse feminismo mais "aceitável". Figuras públicas, ao se posicionarem como feministas, frequentemente adotam discursos que enfatizam autonomia, autoestima e sucesso individual, elementos que dialogam com a lógica do consumo e da autoimagem. Essa abordagem contribui para a popularização do feminismo, mas também para sua adaptação a formatos mais compatíveis com a mídia e o mercado.

2.1 Feminismo das Celebridades como “Feminismo Básico”

É determinado que o termo “Básico” não é inerentemente negativo, mas sim, localizado num espectro onde representava um ponto de partida para um feminismo mais profundo e significativo. Esse tipo de feminismo é bastante discutido por ser representado por celebridades com um senso básico sobre feminismo, o que

positivamente, pode ser considerado como um “convite” para pessoas que querem saber sobre o feminismo – é reconhecido como um ótimo meio para fisgar a atenção das pessoas. Andi Zeisler, em *We Were Feminists Once*, argumenta: “Celebidades individuais são ótimas em colocar um rosto atraente em questões sociais. Mas a máquina de celebridades é aquela que não funciona nem com complexidade nem nuance, mas com dinheiro frio e duro. Quanto as feministas famosas podem fazer se suas vozes proeminentes emanam de dentro de sistemas - as indústrias de cinema, TV e música, para começar – nos quais a desigualdade de gênero é um *modus operandi* geralmente inquestionável?”

Nesse contexto, o feminismo das celebridades também pode ser compreendido como parte de uma lógica de consumo, na qual pautas sociais são transformadas em tendências culturais. A associação entre feminismo e produtos midiáticos – como campanhas publicitárias, discursos em premiações e conteúdos em redes sociais – contribui para a popularização do tema, mas também para sua simplificação e esvaziamento crítico. Assim, o feminismo passa a ser, em certa medida, algo a ser consumido, e não necessariamente praticado em sua dimensão política mais profunda.

2.2 Feminismo Trendy

A atenção midiática dada a cada nova celebridade que se declara feminista contribuiu, sem dúvida, para a construção do feminismo como algo “moderno” e “na moda”. Estudiosas feministas também apontam as complicações de interpretar o autoposicionamento de celebridades como feministas devido à sua posição mercantilizada no mercado capitalista: pressões para aumentar as vendas de música.

No entanto, essa popularização também levanta questionamentos acerca da profundidade desse engajamento. Ao ser incorporado como tendência, o feminismo corre o risco de ser reduzido a slogans, discursos simplificados e gestos simbólicos, que nem sempre se traduzem em ações concretas ou em um compromisso com mudanças estruturais. Dessa forma, o feminismo trendy pode contribuir para a visibilidade da pauta, mas também para seu esvaziamento crítico. Ainda assim, é importante reconhecer que essa dimensão “trendy” não invalida completamente o

impacto do feminismo das celebridades. Ao tornar o tema mais visível e socialmente aceitável, ele pode contribuir para a normalização do debate e incentivar o interesse inicial de indivíduos que, posteriormente, podem aprofundar sua compreensão sobre a temática.

3 MOVIMENTO #METOO

Fundado em 2006 pela ativista norte-americana Tarana Burke, o movimento tem o objetivo de apoiar sobreviventes de violência sexual, especialmente mulheres jovens de comunidades de baixa renda. Desde o início, sua proposta esteve voltada não apenas à denúncia, mas também à construção de uma rede de apoio e solidariedade, buscando enfrentar a escassez de recursos e o silêncio que historicamente cercam essas experiências. Mais do que uma campanha de visibilidade, o movimento se consolidou como um espaço de escuta e validação das vivências de sobreviventes.

Em outubro de 2017, o movimento tomou escala global com a viralização da hashtag #MeToo e os depoimentos de diversas mulheres ao redor do mundo, evidenciando o caráter estrutural da violência de gênero. Nesse contexto, a participação de celebridades foi determinante para a amplificação do alcance da mobilização, inserindo o tema no centro do debate público. No entanto, essa mesma visibilidade também suscita questionamentos acerca das dinâmicas de representação e das desigualdades presentes no interior do movimento, aspecto fundamental para a compreensão crítica de seu desenvolvimento.

3.1 O Movimento #MeToo e Hollywood

Em outubro de 2017, o New York Times e o The New Yorker publicaram dois artigos com informações detalhadas de décadas de abuso sexual cometidos por Harvey Weinstein. Após anos de denúncias correndo por Hollywood, Weinstein foi condenado em 2020 a 23 anos de prisão por estupro e agressão sexual contra uma ex-assistente e uma atriz, em Nova Iorque, ele também foi condenado a 16 anos de prisão em um julgamento de estupro na Califórnia. Mais de 100 pessoas fizeram

acusações de estupro e má conduta sobre Weinstein, em casos desde o final dos anos 1970. Entretanto, ele sempre defendeu sua inocência e afirmou ser vítima de uma “armadilha”. Além disso, como já visto, o caso evidenciou a existência de uma cultura de silêncio consolidada em Hollywood, na qual comportamentos abusivos eram frequentemente conhecidos, mas raramente denunciados de forma pública. O medo de retaliações, a dependência de relações profissionais e a concentração de poder em figuras influentes contribuíram para a manutenção desse cenário ao longo de décadas. Nesse mesmo mês, a atriz Alyssa Milano sugeriu no X (antigo Twitter) que todas mulheres que tivessem sido sexualmente assediadas ou agredidas respondessem para ela na rede social com a hashtag #MeToo. Nesse contexto, a participação de figuras públicas, como Alyssa Milano, foi decisiva para a viralização da hashtag #MeToo. Ao utilizarem suas plataformas digitais, celebridades contribuíram para transformar o movimento em um fenômeno global, ampliando significativamente sua visibilidade e inserindo o debate no centro da cultura midiática.

Imagem 1 – Tweet de Alyssa Milano.



Fonte: Google Imagens.

Outro ato importante foi a edição de dezembro de 2017 da revista Time, na qual apresentou algumas celebridades (Ashley Judd, Susan Fowler, Adama Iwu, Taylor Swift e Isabel Pascual), classificando-as como pessoas que quebraram o silêncio.

Imagem 2 – Capa da edição de dezembro/17



Fonte: TIME

3.2 Repercussões em Hollywood

Indivíduos que trabalharam com Weinstein no passado foram alguns dos primeiros a serem questionados pela mídia, o que sugere que pessoas associadas a ele receberam atenção especialmente intensa após o escândalo. Embora alguns tenham alegado desconhecer as acusações, muitos reconheceram posteriormente ter conhecimento, em maior ou menor grau, das transgressões de Weinstein. Isso sugere que, embora as acusações contra Weinstein possam ter sido novidade para alguns, elas eram conhecidas em Hollywood em diferentes níveis, principalmente por pessoas que trabalharam com ele no passado. Em particular, a associação com Weinstein provavelmente levou a um maior incentivo para mitigar riscos e a motivações intrínsecas mais elevadas para a mudança.

Outro fator importante é o fato dos produtores associados também serem mais propensos do que os produtores não associados a (ou serem percebidos como) compartilhando características semelhantes com Weinstein – pesquisas em sociologia têm demonstrado consistentemente que pessoas com características semelhantes têm maior probabilidade de se atrair e influenciar mutuamente – ou a ter uma maior tolerância à má conduta no local de trabalho, principalmente esses que propagavam a Cultura de Silêncio em Hollywood.

Depois do escândalo, o Sindicato de Produtores da América criou códigos de conduta para produtores e executivos para evitar a realização de reuniões profissionais em “locais de alto risco”. Além de prevenir o assédio, o movimento #MeToo parece ter levado a um foco mais amplo na representação feminina e na falta de oportunidades para as mulheres. Grandes estúdios, festivais de cinema e celebridades assumiram diferentes compromissos para promover a igualdade de gênero. Evidências anedóticas sugerem que a demanda por talentos femininos parece ter aumentado desde o escândalo de Weinstein.

4 ANÁLISE CRÍTICA

A ascensão do movimento #MeToo evidencia o papel central das celebridades na amplificação de pautas feministas contemporâneas. A partir da viralização da hashtag e da participação de figuras públicas, o movimento alcançou uma visibilidade global sem precedentes, contribuindo para a exposição de estruturas de abuso historicamente silenciadas. Nesse sentido, o feminismo das celebridades pode ser compreendido como um importante mecanismo de mobilização social, capaz de transformar experiências individuais em debates públicos de grande escala. Entretanto, essa mesma visibilidade levanta questionamentos sobre os limites e as contradições desse tipo de ativismo. Como discutido anteriormente, o feminismo popular frequentemente se ancora em vozes privilegiadas, o que pode resultar em uma representação seletiva das experiências de violência de gênero.

Embora o movimento tenha origem no trabalho da Tarana Burke, voltado especialmente para mulheres negras e de baixa renda, sua popularização esteve fortemente associada a figuras influentes da indústria do entretenimento, o que

deslocou o foco midiático para narrativas mais próximas das elites. Além disso, a inserção de celebridades em causas sociais está frequentemente ligada à lógica da visibilidade e do capital simbólico. Em um contexto marcado pela cultura digital e pela construção de imagem pública, o engajamento em pautas feministas pode também funcionar como estratégia de posicionamento e fortalecimento de marca pessoal. Isso não significa, necessariamente, a ausência de compromisso com a causa, mas revela como o ativismo contemporâneo se insere em dinâmicas de mercado e reconhecimento social.

Dessa forma, o feminismo das celebridades não pode ser interpretado de maneira simplista como totalmente autêntico ou puramente performático. Ao mesmo tempo em que amplia o alcance de movimentos como o #MeToo e contribui para mudanças institucionais e culturais, também reproduz desigualdades de visibilidade e pode limitar a profundidade do debate ao privilegiar discursos mais aceitáveis e menos confrontadores. Assim, observa-se que o ativismo de celebridades opera em uma zona de ambiguidade, na qual engajamento e construção de imagem coexistem, refletindo as tensões próprias do feminismo contemporâneo em um cenário midiático e altamente mercantilizado.

5 CONCLUSÃO

O movimento #MeToo demonstrou como a visibilidade pode transformar experiências individuais em debates públicos de grande alcance, especialmente com a participação de celebridades. No entanto, essa amplificação também evidenciou desigualdades na representação e nos espaços de fala, afastando, em parte, o movimento de suas origens ligadas às experiências de mulheres marginalizadas, como proposto por Tarana Burke.

Diante disso, conclui-se que o feminismo das celebridades não pode ser entendido de forma unilateral. Ele se configura como um fenômeno ambíguo, no qual o engajamento em causas sociais e a construção de imagem pública coexistem. Assim, mais do que definir se esse ativismo é autêntico ou performático, torna-se essencial compreender suas contradições e seus limites dentro de uma lógica marcada pela visibilidade e pelo poder midiático.

REFERÊNCIAS

HOBSON, J. Celebrity Feminism: More than a Gateway. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 2016. Disponível em: <https://signsjournal.org/currents-celebrity-feminism/hobson/>. Acesso em: 24 de set. de 2026.

LUO, H.; ZHANG, L. Scandal, Social Movement, and Change: Evidence from #MeToo in Hollywood. **Harvard Business School**, abr., 2020. Disponível em: <https://www.hbs.edu/faculty/Pages/item.aspx?num=59474>. Acesso em: 24 de set. de 2026.

MURPHY, M. Introduction to “#MeToo Movement”. **Journal of Feminist Family Therapy**, v. 31, n. 2-3, p. 63-65, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08952833.2019.1637088>. Acesso em: 24 de set. de 2026.

O QUE é o Me Too, movimento que nasceu nos EUA e catapultou denúncias de assédio sexual pelo mundo. **BBC News Brasil**, set. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwyjzjvyx1go>. Acesso em: 24 de set. de 2026.

AGÊNCIA FEMININA E RELIGIÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA LEITURA EM DIÁLOGO DE KELSEY BURKE (2012) E VAENTINE MOGHADAM (2002)

Vitor Hugo de Almeida Pacheco

1 INTRODUÇÃO

O cenário das Relações Internacionais (RI) abriga um debate na temática da relação entre religião, gênero e agência feminina, o qual contribui significativamente para as perspectivas dos estudos feministas contemporâneos na área. Historicamente, as religiões de tradição patriarcal são associadas à subordinação das mulheres e à limitação de sua participação na vida pública. Entretanto, consoante Burke (2012) e Moghadam (2002), corrobora-se a perspectiva de que, mesmo nesses contextos de fortes tradições religiosas, as mulheres inseridas não atuam como vítimas passivas de estruturas opressoras; pelo contrário, elas negociam, reinterpretam, resistem e encontram formas de atuação dentro dos próprios marcos que as constroem.

Nesse panorama conceitual, Kelsy C. Burke, em "Women's Agency in Gender-Traditional Religions: A Review of Four Approaches", assegura um referencial teórico importante ao defender que, "ao focar na agência das mulheres religiosas, os estudiosos compreendem essas mulheres como atrizes, em vez de simplesmente submetidas por instituições sociais dominadas por homens" (Burke, 2012, p.122). Por sua vez, Valentine M. Moghadam, em "Islamic Feminism and Its Discontents: Toward a Resolution of the Debate", traz o debate empírico em torno do feminismo islâmico no Irã pós-revolucionário, um cenário onde a virada teocrática inicialmente "instituiu um sistema político-cultural draconiano caracterizado pelo governo de uma casta clerical, a aplicação da lei islâmica [...] e o véu obrigatório para as mulheres" (Moghadam, 2002, p. 1137, Tradução nossa).

A análise combinada de ambas as obras proporciona um interessante campo de discussão para as RI: enquanto Burke (2012) fornece a gramática conceitual e tipológica sobre as formas de atuação feminina, Moghadam (2002) oferece o terreno empírico e histórico no qual essa mesma gramática é aplicada, testada e complexificada.

2 BURKE (2012): UM MAPA TEÓRICO DA AGÊNCIA FEMININA RELIGIOSA

O artigo de Burke (2012) busca compreender a capacidade de ação, ou agência, de mulheres inseridas em religiões tradicionalistas de gênero. A conceituação tradicional de agência é limitada a visões liberais e tende a analisar o contexto feminino apenas quando há uma ruptura explícita contra as estruturas patriarcais. Nesse cenário, a autora categoriza a literatura acadêmica em quatro abordagens principais que buscam refinar e ampliar o conceito de agência, demonstrando a pluralidade dessas vivências religiosas:

A primeira abordagem mapeada é a da agência como resistência. Nessa perspectiva, a capacidade de ação é reconhecida majoritariamente quando as mulheres desafiam ou buscam transformar algum elemento opressor da religião à qual estão submetidas. Os exemplos demonstrados por Burke (2012) englobam as feministas católicas norte-americanas que pressionam a Igreja a rever sua posição sobre a ordenação feminina, bem como as mulheres menonitas que, de forma sutil, desviam-se de códigos rígidos de vestimenta para afirmar o controle sobre os próprios corpos. A principal limitação dessa abordagem, contudo, reside no fato de excluir do campo da agência as mulheres que não desempenham uma resistência ativa. Em suma, essa primeira tipologia concentra-se estritamente na subversão e na contestação direta das normas patriarcais; A segunda abordagem mapeada é a da agência como empoderamento. Nesse contexto, diferentemente do modelo de resistência, não é necessário que as mulheres desafiem diretamente as estruturas ou práticas institucionais; exige-se que elas as reinterpretem a fim de alcançar uma percepção subjetiva de poder no âmbito da vida cotidiana. O limite dessa abordagem, segundo Burke (2012), reside no fato de que ela ainda pressupõe a

existência de uma insatisfação prévia entre a cultura moderna e a religião tradicional. Como consequência, as mulheres que não percebem essa desconexão e simplesmente creem e performam seus rituais sem buscar tal empoderamento acabam excluídas dessa definição de agentes. Em suma, essa tipologia concentra-se na reinterpretação subjetiva de doutrinas religiosas com o objetivo de obter fortalecimento e suporte emocional cotidiano à abordagem; A terceira abordagem mapeada é a da agência instrumental. Nessa perspectiva, a capacidade de ação se concentra nos benefícios extrareligiosos e nas vantagens externas que a participação e prática religiosa pode gerar para as mulheres no cotidiano, funcionando como um meio para alcançar fins práticos. Na prática, Burke (2012) ilustra essa abordagem por meio de estudos que mostram mulheres muçulmanas nos Estados Unidos utilizando o véu (hejab) para circular em ambientes mistos, garantindo que sejam respeitadas por seu intelecto e não por sua aparência no ambiente de trabalho. Outro exemplo marcante trazido pela autora refere-se a mulheres na Colômbia que se convertem ao cristianismo evangélico e, em seguida, convencem seus cônjuges a fazer o mesmo. A partir desse momento, elas conquistam maior autoridade na gestão doméstica e conseguem reduzir comportamentos agressivos e abusivos no lar, uma vez que a nova conduta religiosa restringe o consumo de álcool dos maridos. O limite dessa abordagem reside no risco de cegar os investigadores para o fato de que essas agentes, ao utilizarem a religião para combater uma opressão externa, podem simultaneamente preservar e validar as hierarquias e desigualdades internas da própria religião; A quarta abordagem é a da agência de conformidade (compliant agency), a qual, pautada em perspectivas pós-coloniais e pós-estruturalistas, como as de Saba Mahmood e Orit Avishai, surge como uma resposta crítica às lacunas dos modelos anteriores. Essa abordagem desafia as premissas ocidentais de que a agência deve, obrigatoriamente, vincular-se às perspectivas de autonomia e libertação individual. Nesse aspecto, Burke (2012) argumenta que a agência é perceptível também em atos conscientes e intencionais de permanência e submissão às normas e ensinamentos difundidos pelas religiões tradicionalistas de gênero. Ilustrando o fenômeno, a autora traz principalmente o contexto das judias ortodoxas e o cumprimento das leis de pureza sexual. Contudo, o limite analítico dessa vertente reside no risco de superestimar a agência, correndo-se o risco de não reconhecer

quando certas ações de conformidade deixam de ser genuinamente agênticas, tendo em vista os severos constrangimentos institucionais que determinadas religiões tradicionais podem impor.

Diante do contexto das quatro abordagens, Kelsy C. Burke (2012) demonstra que a capacidade de ação das mulheres em contextos religiosos não pode ser traduzida de forma homogênea. Ao contrário da passividade, as mulheres atuam via resistência, empoderamento, uso instrumental e conformidade ativa, consoante o cenário em que se inserem. Essa pluralidade conceitual torna-se uma ferramenta analítica indispensável para a discussão de fenômenos complexos no cenário internacional, servindo de base para compreender como essas dinâmicas se manifestam empiricamente em contextos como o do feminismo islâmico.

3 MOGHADAM (2002): O DEBATE SOBRE FEMINISMO ISLÂMICO NO IRÃ

Valentine M. Moghadam (2002) insere-se em um debate histórico e político complexo ao analisar a emergência do feminismo islâmico no Irã pós-revolucionário. A autora reconstrói esse cenário demonstrando como a consolidação do regime clerical afetou severamente a condição feminina. Evidencia-se, em suma, um panorama de profundo choque social: antes da Revolução de 1979, as mulheres iranianas haviam conquistado importantes direitos civis e, inclusive, participaram ativamente das mobilizações populares para derrubar a monarquia. No entanto, a ascensão do grupo clerical frustrou as expectativas democráticas ao instituir um regime teocrático baseado em um ordenamento draconiano, extremamente rígido.

Diante desse cenário de opressão estatal, segundo Moghadam (2002) as feministas de orientação secular foram amplamente perseguidas, presas ou exiladas, acarretando uma perda considerável de espaço político e de participação feminina no mercado de trabalho. Nesse vácuo de representação, potencializou-se o feminismo islâmico que, articulado a pressões socioeconômicas e à atuação de ativistas dentro das próprias estruturas do sistema, passou a buscar mudanças significativas. Surgiram publicações de grande impacto, a exemplo da revista Zanan, que tornou-se espaço de debates sobre os direitos das mulheres. Esse ativismo editorial combinou-

se a uma intensa disputa teológica, isto é, a reinterpretações das escrituras do Alcorão e de textos sagrados, por meio da qual as intelectuais islâmicas passaram a sustentar que o Islã, em sua essência, não oprime as mulheres, derivando-se a opressão de leituras patriarcais e machistas da religião. Essa nova consciência discursiva fortaleceu substancialmente as demandas por reformas legais no país.

Nesse contexto, Moghadam (2002) elucida que o feminismo islâmico no Irã não constitui um bloco único ou homogêneo, apresentando uma distinção clara entre dois grupos de ativistas: as feministas independentes e as feministas estatais. O primeiro grupo é composto por intelectuais, advogadas e escritoras, a exemplo das colaboradoras da revista *Zanan*, que criticam abertamente as leis repressivas do regime e buscam dialogar com o feminismo secular internacional. Em contrapartida, as feministas estatais ocupam cargos no parlamento ou no próprio governo, e embora busquem melhorias pontuais na condição das mulheres, elas defendem a preservação da estrutura familiar tradicional e evitam romper com a ideologia teocrática oficial do Estado.

Para além dessa divisão interna, a autora (2002) mapeia outra abordagem fundamental: a dicotomia teórica entre as ativistas que permaneceram no Irã e as feministas seculares exiladas no Ocidente. De um lado, as críticas exiladas argumentam que a tentativa de reformar o sistema "por dentro", utilizando-se de argumentos religiosos, acaba por legitimar, validar e fortalecer um regime intrinsecamente incompatível com a igualdade de gênero. De outro lado, defende-se a perspectiva de que o feminismo islâmico representa um movimento de reforma viável, capaz de produzir consciência de gênero e avanços concretos a partir das regras do próprio sistema.

Diante desse impasse, a posição de Moghadam (2002) assume um tom conciliador: mesmo reconhecendo que os direitos das mulheres só florescem plenamente sob a perspectiva de um Estado laico, a autora defende a legitimidade das feministas islâmicas. A autora argumenta ainda que o feminismo deve ser mensurado por sua práxis e por seu contexto histórico. Se essas mulheres logram alterar leis, reivindicar reformas legais e expandir direitos civis sob um regime

rígido, elas exercem agência, devendo ser reconhecidas como legítimas integrantes do movimento feminista.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise do contexto evidenciado por Moghadam (2002), sob a perspectiva de aplicação teórica de Burke (2012), proporciona diálogos legítimos, permitindo compreender o feminismo islâmico no Irã pós-revolucionário como uma manifestação heterogênea de agência feminina. Ao analisar a atuação das intelectuais e ativistas iranianas, nota-se um encaixe simultâneo nos modelos da agência instrumental e da agência de conformidade. A práxis dessas mulheres pode ser considerada instrumental na medida em que elas utilizam, de forma estratégica, o aparato discursivo religioso e a reinterpretação do Alcorão como recursos políticos, objetivando reformas legais práticas na esfera civil. Por outro lado, o contexto iraniano encontra consonância na agência de conformidade à medida que as agentes operam dentro do establishment de gênero imposto pelo regime, questionando o patriarcado a partir dos próprios preceitos teológicos e não de moldes seculares ocidentais, corroborando o conceito de Kandiyoti (1988) de barganha com o patriarcado.

Entretanto, essa confluência analítica também elucida os limites metodológicos debatidos por ambas as autoras: ao negociarem avanços pontuais dentro das regras do próprio sistema, emerge o risco latente de legitimar e perpetuar as hierarquias e as estruturas opressoras do patriarcado teocrático que as circunda.

Portanto, o caso do Irã pós-revolução islâmica demonstra de forma contundente que a agência, isto é, a capacidade de ação das mulheres, em contextos religiosos é profundamente complexa, ambígua e multifacetada, demandando abordagens que compreendam e considerem as realidades locais em detrimento de visões universalistas rígidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da agência feminina em contextos religiosos exige um aparato analítico capaz de compreender e consolidar as abordagens locais e regionais, em detrimento de perspectivas universalistas e rígidas. Ao resgatar Burke (2012), torna-se possível compreender que a capacidade de ação das mulheres não se restringe a atos liberais de resistência ou à busca por autonomia individual absoluta. A compreensão a partir de categorias específicas de abordagem da agência, em especial a instrumental e a de conformidade, revela-se fundamental para analisar realidades complexas como as retratadas por Moghadam (2002), sob a perspectiva de que habitar e operar por dentro de estruturas conservadoras de gênero constitui, de fato, uma forma legítima de atuação e barganha política.

A utilização desse marco teórico para o estudo de caso do Irã pós-revolucionário evidenciou que, apesar de inseridas em um regime teocrático draconiano, as ativistas feministas islâmicas iranianas não atuam de forma passiva diante da estrutura patriarcal; ao contrário, por meio de releituras do Alcorão e da consolidação de espaços de debate, a exemplo da revista *Zanan*, elas exercem sua agência de forma multifacetada e consoante a conjuntura local. Embora persista a discussão acerca das limitações analíticas de se legitimar o próprio sistema ao reformá-lo por dentro, a práxis dessas agentes assegurou reformas legais concretas que desafiam o contexto opressor.

Em última análise, conclui-se que o feminismo islâmico se legitima no cenário internacional também por sua ação prática, proporcionando implicações diretas e indispensáveis para o campo das Relações Internacionais: a consolidação de uma perspectiva de gênero plural que reconheça múltiplas trajetórias de emancipação, compreenda as conjunturas políticas específicas e recuse, em definitivo, a redução de sujeitos plurais a meras categorias de passividade

REFERÊNCIAS

BURKE, Kelsy C. Women's Agency in Gender-Traditional Religions: A Review of Four Approaches. **Sociology Compass**, v. 6, n. 2, p. 122-133, 2012.

KANDIYOTI, Deniz. Bargaining with Patriarchy. **Gender & Society**, v. 2, n. 3, p. 274-290, 1988.

MOGHADAM, Valentine M. Islamic Feminism and Its Discontents: Toward a Resolution of the Debate. **Signs**: Journal of Women in Culture and Society, v. 27, n. 4, p. 1135-1171, 2002.

.

DEEPPAKES COMO VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER: SILENCIAMENTO, DESLEGITIMAÇÃO E A NOVA FRONTEIRA DA EXCLUSÃO FEMININA

Maria Eduarda B. Nogueira

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos 20 anos, a violência de gênero aumentou, afetando uma em cada três mulheres durante a vida, simultaneamente, o cibercrime tornou-se uma preocupação crescente. A violência contra a mulher refere-se a uma miríade de atos de cunho sexista, direcionados quase exclusivamente a mulheres e meninas, que podem causar danos diretos ou indiretos ao longo de suas vidas – manifestações de dano e abuso incluem agressão física, violência psicológica, negligência e controle sobre a fala e as ações, em casos severos, esse atos podem resultar na morte da vítima.

Inovações tecnológicas permitiram o surgimento de novos mecanismos de violência de gênero que podem possibilitar que usuários causem danos a mulheres por meio de discurso de ódio online e ciberviolência. Pesquisas sobre abuso facilitado pela tecnologia mostram que as tecnologias digitais são usadas rotineiramente para perseguição online, falsificação de identidade, assédio e abuso, às vezes sob identidade oculta. Aí entra a preocupação em torno dos crimes cibernéticos: acadêmicos têm manifestado preocupação com o crescente uso da tecnologia – uma gama diversificada de ferramentas sofisticadas para abusar, controlar e intimidar vítimas está amplamente acessível no ambiente digital (muitas vezes gratuitamente). Os avanços na área da inteligência artificial (IA), especificamente em machine learning (subconjunto da IA que se concentra na construção de sistemas que aprendem e são aprimorados à medida que consomem

mais dados), permitiram aos usuários criar facilmente conteúdo de mídia alterado online, reunindo um público amplo e frequentemente global em espaços online e offline.

2 CONTRATO SEXUAL

Carole Pateman inicia *O Contrato Sexual* com uma afirmação provocadora: a história política mais famosa dos tempos modernos, o contrato social, é uma história contada pela metade. Os teóricos contratualistas dos séculos XVII e XVIII (Hobbes, Locke, Rousseau) construíram narrativas sobre como a sociedade civil e o governo legítimo foram fundados por um pacto original entre indivíduos livres e iguais. Essa história, que supostamente explica a origem da liberdade civil e da autoridade do Estado, esconde, porém, um silêncio profundo: o contrato sexual. Pateman argumenta que o contrato original não é apenas social, mas também sexual, ou seja, isso significa que ele institui o direito político dos homens sobre as mulheres – um direito patriarcal que estrutura toda a sociedade civil moderna – e estabelece o acesso sistemático dos homens aos corpos femininos. O pacto original, portanto, é um contrato entre homens, e o que está em jogo não é apenas a liberdade, mas também a dominação e a subordinação da mulher.

Enquanto a história oficial do contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição (PATEMAN, 1993, p. 16). A sociedade civil moderna, apresentada como uma ordem de liberdade universal e igualdade, é, na verdade, uma ordem patriarcal. A liberdade civil não é um atributo de todos os indivíduos: ela é um privilégio masculino que depende do direito patriarcal sobre as mulheres – o contrato, portanto, não se opõe ao patriarcado: ele é o mecanismo pelo qual o patriarcado moderno se constitui. As mulheres deixam de ser subordinadas aos homens na figura do pai para serem subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto uma fraternidade. O contrato social clássico inclui as mulheres no contrato matrimonial, mas as descarta quando se trata de política. A vida privada, domínio da mulher, é vista como politicamente irrelevante, mas é, na verdade, um alicerce necessário da ordem pública. A liberdade do homem no espaço público

depende da sujeição da mulher no espaço privado e essa dependência é sistematicamente ocultada pela narrativa contratualista.

No Capítulo 2, Pateman enfrenta a questão de como nomear essa estrutura de poder. O termo "patriarcado" é alvo de debates, com alguns argumentando que a sociedade contemporânea já não pode ser chamada de patriarcal, entretanto, Pateman rejeita essa objeção e demonstra que o patriarcado não desapareceu, ele se transformou. Ela distingue três formas de argumentação patriarcal: a tradicional, que trata o poder do pai como modelo para toda autoridade política; a clássica, que concebe o direito político como natural; e a moderna, que é fraternal, contratual e constitui a estrutura da sociedade civil capitalista. O patriarcado moderno é, portanto, um "patriarcado fraternal" – uma ordem em que os homens, enquanto irmãos e cidadãos livres, exercem poder sobre as mulheres não mais como pais, mas como uma fraternidade que compartilha o direito sexual masculino. O contrato sexual permanece invisível porque está embutido na própria estrutura do contrato social moderno, que proclama a liberdade e a igualdade universais enquanto mantém a subordinação feminina como sua condição tácita.

Uma das revelações mais instigantes do Capítulo 2 é a ideia, citada por Pateman a partir de Mary O'Brien, de que a ordem política patriarcal teria origem na necessidade masculina de superar a incerteza em torno da paternidade (p. 59). Ao contrário da maternidade, que é biologicamente certa, a paternidade é sempre incerta e os homens teriam criado instituições políticas e sociais para eliminar essa incerteza através do controle sobre as mulheres e suas capacidades reprodutivas. A dicotomia público/privado, portanto, é uma construção política que legitima a exclusão feminina – a esfera pública é o domínio masculino, da razão, do contrato e da liberdade; enquanto, a esfera privada é o domínio feminino, da natureza, da emoção e da subordinação. Pateman desmonta essa ficção ao mostrar que as duas esferas são interdependentes e que o patriarcado moderno se propaga por toda a sociedade civil, da família ao mercado de trabalho. O contrato sexual, para Pateman, não é um acidente ou um desvio do contrato social – ele é sua condição de possibilidade.

Se o contrato sexual demonstra que a participação política feminina sempre esteve condicionada a estruturas patriarcais de poder, as tecnologias digitais revelam

uma nova forma de atualização dessa lógica. No contexto da inteligência artificial generativa, os deepfakes emergem como instrumentos capazes de reproduzir mecanismos históricos de exclusão, utilizando a manipulação da imagem e da sexualidade feminina para enfraquecer a credibilidade, intimidar e afastar mulheres da esfera pública. Dessa forma, a violência política de gênero passa a incorporar uma dimensão tecnológica, sem abandonar as estruturas patriarcais que historicamente sustentaram a exclusão das mulheres da política.

3 DEEPFAKES COMO VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

Para combater a visibilidade generalizada do feminismo e do comportamento não-conformista, práticas de abuso sexual baseadas em imagens (ASBI), como deepfakes, permitem que comunidades tóxicas pratiquem violência online para alcançar a autoafirmação masculina por meio da deturpação dos padrões de gênero. No entanto, devido à natureza artificial da pornografia deepfake, esses materiais contribuem para uma nova iteração do ASBI que permite que comunidades tóxicas perpetuem a opressão sistêmica de gênero, independentemente do nível de visibilidade pública do indivíduo.

Os deepfakes frequentemente reforçam ideologias misóginas dominantes por meio da distribuição não consensual de conteúdo sexual privado. Essas práticas misóginas baseadas em imagens sustentam as maquinações dos sistemas neoliberais, fornecendo aos usuários masculinos uma ferramenta ideal para a prática contínua da violência de gênero. A evolução dos deepfakes para além das formas "tradicionais" de ASI oferece uma visão valiosa sobre o impacto contemporâneo e potencial dos deepfakes na deturpação dos padrões de gênero. Considere o caso “The Fappening” de 2014: após a publicação de conteúdo não consensual envolvendo diversas atrizes famosas, comunidades tóxicas no Reddit prontamente criaram grupos online dedicados à coleta, visualização e disseminação desse conteúdo abusivo, expressando camaradagem e prazer na visualização coletiva do material explícito. Embora alguns membros da comunidade discordassem abertamente da visualização de conteúdo não consensual obtido ilegalmente, a maioria dos usuários do Reddit justificava veementemente a visualização coletiva, apelando para seu status de

“vítimas” e enquadrando a flagrante violação de privacidade como uma retribuição pela negação, por parte das mulheres, de diversos tipos de capital (político, social, econômico, erótico, etc.) e uma consequência inevitável da existência “antinatural” da influência feminina no espaço público online. Apesar das inúmeras ameaças de denúncias de violação de direitos autorais (DMCA) apresentadas em nome das vítimas do ataque, a administração do Reddit permaneceu inativa por vários dias, permitindo que as comunidades tóxicas tivessem tempo suficiente para disseminar o conteúdo não consensual por milhares de canais online, às custas das vítimas.

Para os usuários masculinos, “The Fappening” validou suas masculinidades alternativas ao apelar para relações de gênero hierárquicas enraizadas em noções heteronormativas de dominação masculina e conquista sexual das mulheres. Sujeitas a práticas misóginas como slut-shaming, gordofobia, humilhação sexual e ameaças de violência, as mulheres são encorajadas a se afastarem de suas posições no espaço público ou a “corrigirem” seus comportamentos para apaziguar o olhar masculino voyeurista. De acordo com a lógica do “jogo de soma zero”, a deterioração da influência pública das mulheres contribui inevitavelmente para a restauração “natural” do poder patriarcal. Já para as mulheres, “The Fappening” proporcionou maior conscientização sobre a natureza tendenciosa em relação ao gênero nas plataformas online e sobre o que é considerado um papel de gênero “apropriado” no espaço online. Utilizando o corpo visível como fonte de humilhação e vergonha, comunidades tóxicas buscavam neutralizar a capacidade de ação pública da vítima, tornando-a incapaz de exercer livremente comportamentos que infringissem o capital simbólico e econômico legitimamente atribuído aos homens. Portanto, para evitar as consequências da humilhação e do assédio, as mulheres precisavam ou se tornar “invisíveis”, evitando a visibilidade e as posições públicas à custa de uma potencial perda de capital, ou excessivamente visíveis, apelando ao olhar voyeurístico masculino, ao custo da credibilidade política e social.

Como forma de disciplina, a ASBI permanece uma prática misógina ideal que mantém os interesses neoliberais. Esses interesses limitam a expressão aceitável para desacreditar as mulheres, ameaçando as operações enviesadas por gênero do mercado especulativo e silenciando a dissidência potencial por meio da ameaça sempre presente de abuso. Com o desenvolvimento de programas de IA de

“aprendizado profundo” prontos para uso e a insistência do feminismo popular no “empoderamento” público, comunidades tóxicas praticam um nível sem precedentes de violência de gênero, garantindo que as mulheres, independentemente de sua visibilidade pública, sejam suscetíveis aos danos da ASBI. A pornografia deepfake intensifica as disparidades de gênero percebidas por meio da criação e distribuição em massa de conteúdo abusivo, atacando a credibilidade pública das mulheres através da “naturalização” de sua subordinação sexual.

A normalização da subordinação feminina representa uma grave ameaça às mulheres, pois a retórica abusiva que permeia comunidades tóxicas reflete valores androcêntricos tradicionais que justificam a prática de violência sexual “no mundo real”. Por exemplo, depoimentos coletados de estupradores condenados no final da década de 1970 revelam uma incapacidade de lidar com os sentimentos de “impotência” percebida, esses sentimentos encorajaram os criminosos a reafirmar sua superioridade de gênero controlando um sujeito inerentemente mais fraco. As entrevistas também revelaram a importância da hierarquia de gênero/classe na prática de agressão sexual: os estupradores condenados comunicaram o desejo de “contaminar” e “degradar” mulheres de classe baixa como resposta às suas frustrações e ressentimentos reprimidos em relação às mulheres de classe alta, devido à incapacidade de alcançar a autorrealização “obtendo” seus corpos sexualizados. Embora não seja tão fisicamente destrutivo quanto o abuso sexual, a criação e distribuição de pornografia deepfake permite que os usuários alcancem um objetivo semelhante, colocando à força as mulheres em uma posição inerentemente “submissa” para reforçar a dominação masculina.

Os deepfakes, mais do que qualquer outra forma de ASBI, representam o risco mais potente e grave para o estabelecimento de direitos plenos e igualdade de proteção para as mulheres dentro dos sistemas neoliberais – como a visibilidade pública constitui um requisito fundamental para a obtenção de diversos tipos de capital por parte de um indivíduo, a inevitável vitimização por mídias não consensuais nega-lhes o capital político, social e econômico necessário para combater as desigualdades de status. Para as vítimas de deepfakes, a perda de oportunidades de carreira, a deterioração da reputação/imagem pública e o rompimento de relacionamentos benéficos são possíveis consequências, sendo que

cada um desses desdobramentos limita ainda mais a capacidade de ação na esfera pública. As vítimas enfrentam um risco significativamente maior de sofrer assédio sexual, abuso e violência, à medida que narrativas misóginas desumanizantes proliferam juntamente com suas representações pornográficas. Os deepfakes desafiam os fundamentos de uma comunidade feminista online, incentivando mulheres e meninas a se afastarem dos espaços virtuais, privando-as de sua liberdade e silenciando aquelas que se desviam da norma de gênero sob a ameaça de inevitável vergonha, humilhação e violência. Consequentemente, a exclusão das mulheres da esfera pública beneficia diretamente as operações das especulações de IA, uma vez que a ameaça inevitável da ASBI desencoraja as mulheres de comprometerem as capacidades preditivas das tecnologias de IA, adotando comportamentos não conformes.

4 DADOS E RESPOSTAS JURÍDICAS

A expansão dos deepfakes evidencia que a violência digital de gênero deixou de ser um problema pontual para se tornar um desafio de alcance global. Dados amplamente divulgados por uma pesquisa da ONU Mulheres indicam que aproximadamente 98% dos vídeos de pornografia produzidos por deepfake são não consensuais, enquanto 99% das vítimas retratadas são mulheres. A rápida disseminação desse tipo de conteúdo agrava ainda mais seus impactos – em diversos casos, vítimas relataram descobrir que imagens ou vídeos manipulados haviam alcançado ampla circulação em poucas horas, ocasionando danos à reputação, à saúde mental e às relações pessoais e profissionais antes mesmo que qualquer medida judicial pudesse ser adotada. Já que uma vez disponibilizado na internet, o material pode ser copiado, armazenado e redistribuído inúmeras vezes em diferentes plataformas, tornando praticamente impossível sua remoção completa do ambiente digital.

Diante desse cenário, diferentes países passaram a adotar medidas legislativas para enfrentar o problema. Nos Estados Unidos, por exemplo, normas recentes estabeleceram mecanismos para acelerar a remoção de conteúdos íntimos manipulados por inteligência artificial, impondo prazos (48 horas) para que

plataformas e responsáveis retirem esse material do ar. No Brasil, alterações legislativas aprovadas em 2025 ampliaram a proteção às mulheres ao prever a responsabilização de indivíduos que utilizam inteligência artificial ou outras tecnologias para produzir conteúdos destinados a causar violência psicológica ou manipular a imagem e a voz das vítimas. Apesar desses avanços, a resposta jurídica ainda enfrenta limitações significativas. Menos da metade dos países possui legislação específica para lidar com abusos praticados em ambientes digitais e um número ainda menor contempla expressamente os deepfakes. Grande parte das normas atualmente aplicáveis foi elaborada antes da popularização da inteligência artificial generativa e concentra-se em casos de divulgação não consensual de imagens reais, deixando lacunas quanto à criação de conteúdos sintéticos. Como consequência, agressores frequentemente exploram essas brechas legais, enquanto vítimas enfrentam dificuldades para obter reparação efetiva.

Além disso, a velocidade de produção e disseminação dos deepfakes supera a capacidade de resposta do sistema jurídico. Ainda que o conteúdo seja posteriormente removido ou declarado falso, os prejuízos políticos, sociais e reputacionais podem já estar consolidados. No caso de mulheres que ocupam posições de liderança ou disputam cargos públicos, o dano ultrapassa a esfera individual, comprometendo sua credibilidade, reduzindo sua participação no debate público e reforçando mecanismos históricos de silenciamento e exclusão. Assim, embora o fortalecimento da legislação seja indispensável, o enfrentamento dos deepfakes exige também políticas públicas, responsabilização das plataformas digitais e estratégias de prevenção capazes de enfrentar as estruturas de gênero que tornam as mulheres os principais alvos dessa forma contemporânea de violência.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que os deepfakes não representam apenas um desafio tecnológico, mas uma nova manifestação da violência política de gênero. Ao explorar a imagem e a sexualidade das mulheres como instrumentos de humilhação e descrédito, essas tecnologias reforçam mecanismos históricos de exclusão que limitam sua participação na esfera pública. Nesse sentido, a teoria de Carole

Pateman permite compreender que essa violência não surge com a inteligência artificial, mas se insere em uma estrutura patriarcal anterior, que historicamente condicionou o acesso das mulheres ao poder político. Os deepfakes apenas ampliam o alcance e a velocidade desses mecanismos, tornando o ambiente digital um novo espaço de reprodução da desigualdade de gênero.

Embora avanços legislativos representem um passo importante, eles são insuficientes diante da rapidez com que esses conteúdos circulam e dos impactos permanentes que produzem sobre a reputação, a segurança e a participação política das vítimas. O enfrentamento desse fenômeno exige, portanto, não apenas respostas jurídicas, mas também políticas públicas, responsabilização das plataformas digitais e o reconhecimento de que a violência mediada por inteligência artificial constitui uma questão de democracia, direitos humanos e igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

GUTIERREZ, A. **Fabricating Misogyny**: How Deepfakes are weaponized to maintain political, social, and economic gender inequalities. 2023. 67 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Comunicação) – California State University, Fullerton, 2023. Disponível em: <https://scholarworks.calstate.edu/downloads/wh2470970>. Acesso em: 28 de jun. de 2026.

LAFFIER, J.; REHMAN, A. Deepfakes and Harm to Women. **Journal of Digital Life and Learning**, Ontário, v. 3, n. 1, p. 1-21, jun. 2023. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Deepfakes-and-Harm-to-Women-Laffier-Rehman/5d5594c5d766e781a2f21a19dd641914d2c48c73>. Acesso em: 28 de jun. de 2026.

MAIS mulheres tornam-se vítimas de deepfakes gerados por inteligência artificial. **ONU News**, 4 mar. 2026. Cultura e Educação. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852522>. Acesso em: 28 de jun. de 2026.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MOVIMENTO “LEFTOVER WOMEN” E AS PRESSÕES SOCIAIS SOBRE MULHERES CHINESAS: UMA ANÁLISE DO FEMINISMO CHINÊS DE YA-CHEN CHEN (2011)

Hanna Queiroga Jogaib

As transformações socioeconômicas na China desde o século XX produziram mudanças significativas na posição da mulher na sociedade. O crescente desenvolvimento econômico e ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior contribuíram para o surgimento de uma geração feminina mais escolarizada, inserida em espaços profissionais e financeiramente independentes. Contudo, apesar dos avanços, os mecanismos sociais e culturais que reforçam aspectos tradicionais sobre o papel feminino ainda estão presentes na sociedade chinesa.

Nesse contexto, o fenômeno contemporâneo Sheng Nü ou “Leftover Women” designa mulheres solteiras com idade superior a 27 anos, especialmente referendo aquelas com elevado nível educacional e carreira profissional consolidada, termo criado pela Federação Nacional de Mulheres da China que é utilizado de forma midiática carregando forte conotação negativa, associado ao valor social da mulher na condição matrimonial (Gonçalves, 2022). Contudo, tal movimento na China reflete aspectos profundos de tensões entre o progresso da globalização e as persistências estruturais do patriarcado.

Para compreender as dinâmicas que envolvem a rotulação Sheng Nü, é necessário considerar as particularidades do feminismo chinês. Diferentemente das correntes desenvolvidas no Ocidente, o movimento feminista da China esteve historicamente vinculado aos processos de modernização e transformação social conduzidos pelo Estado. Durante o período de construção e fortalecimento nacional, as pautas relacionadas à emancipação feminina foram apropriadas e propagadas

pelos homens revolucionários como forma de transformar o país. Estabeleceu-se, assim, uma forte associação entre as demandas feministas e os objetivos dos homens reformistas, cuja prioridade não era a queda do patriarcado ou a luta contra a discriminação de gênero, mas na promoção da modernização e fortalecimento do Estado chinês (Chen, 2011).

Dentro desse contexto, duas das principais estratégias de libertação da mulher defendidas no discurso dos participantes do movimento consistem na ampliação do acesso das mulheres à educação e abertura e inserção para o mercado de trabalho. Contudo, mesmo com o desdobramento do Partido Comunista, o feminismo chinês continuou sendo apropriado por diferentes grupos - nacionalistas, comunistas e pós-colonialistas - como instrumento para atingir seus respectivos projetos políticos. Nesse processo, foram criadas leis para alcançar a igualdade de gênero, a abolição da poligamia e a proibição do foot-binding (enfaixamento dos pés), frequentemente utilizado para legitimar o processo de modernização e fortalecimento do Estado (Gonçalves, 2022).

Diante desse aspecto, Ya-chen Chen em “The Many Dimensions of Chinese Feminist” (2011) defende que o feminismo chinês não constitui uma experiência homogênea, mas um conjunto multifacetado que não pode ser reduzido apenas ao feminismo comunista da República Popular da China (RPC). Segundo a autora, as pautas feministas chinesas não podem ser compreendidas da mesma maneira que as teorias e as práticas ocidentais, embora essas tenham desempenhado um papel chave para inserção do feminismo na sociedade chinesa (Gonçalves, 2022), tal aplicabilidade isolada mostra-se insuficiente para compreender a complexidade das experiências feministas já que existem em condições políticas diversas.

Desse modo, as relações de gênero não se configuram de forma consciente ou homogênea nas conjunturas históricas, mas são produzidas e ressignificadas a partir das interações vividas em cada região, estando interseccionado com a política e a cultura da região (Gonçalves, 2022). A compreensão do feminismo chinês exige o reconhecimento da diversidade regional que caracteriza o território da China, e que não podem ser reduzidas a uma unidade que compõem a RPC, a complexidade

cultural deve ser considerada na análise das experiências e manifestações feministas no país.

A autora Deniz Kandiyoti no livro “ Bargaining with Patriarchy” (1988) complementa essa perspectiva ao analisar as diferentes formas pelas quais as mulheres negociam dentro dos sistemas patriarcais ("barganhar com o patriarcado"), reforça a ideia de que a resposta das mulheres às pressões sociais é variada e estratégica, e não uniforme. as contribuições de Chen (2011) e Kandiyoti (1988) relacionam-se ao oferecerem uma visão crítica e complexa do feminismo chinês, questionando interpretações lineares de emancipação feminina e evidenciando as tensões existentes entre as mulheres, o Estado e as estruturas patriarcais.

Chen (2011) analisa o papel da Federação Nacional de Mulheres da China (Fujian), descrevendo-a como um órgão estatal que, embora desempenhe funções relacionadas à promoção e a luta por direitos, permanece condicionada sob o controle e censura do governo, criando um ambiente em que a expressão de críticas é limitada não apenas por mecanismos formais de censura, mas também pela internalização de normas e expectativas políticas dentro do sistema. Nesse contexto, os atores tendem a praticar a autocensura, evitando posicionamentos que possam comprometer sua inserção social. Essa análise dialoga com os argumentos de Kandiyoti (1988) em que reforça que as mulheres frequentemente elaboram estratégias de adaptação e negociação para garantir segurança, reconhecimento e mobilidade social dentro das estruturas patriarcais. Como resultado, podem tornar-se participantes com interesses investidos na manutenção do próprio sistema que as oprime, uma vez que dependem da preservação dessas estruturas.

À luz dessas contribuições teóricas, a popularização da expressão “Leftover Women” ocorreu em um contexto marcado por profundas contradições sociais. Ao mesmo tempo em que a China registrava alta nos níveis de escolarização e qualificação profissional das mulheres, intensificaram-se as preocupações estatais e sociais relacionadas à queda das taxas de casamento e ao envelhecimento populacional. Nesse cenário, os meios de comunicação chineses passaram a construir narrativas que associavam essas mulheres como excessivamente exigentes na escolha de parceiros ou excessivamente dedicadas à carreira profissional.

Consequentemente, o casamento foi frequentemente apresentado como solução necessária para evitar o fracasso pessoal e social.

Sob a perspectiva de Chen (2011), esse discurso pode ser interpretado como uma reação às transformações sociais decorrentes da crescente autonomia feminina. Ao categorizar mulheres solteiras como "sobrando", a sociedade reforça mecanismos simbólicos que contribuem para a reafirmação de expectativas tradicionais de gênero. Tal construção discursiva torna-se particularmente relevante em um contexto da cultura chinesa em que a família ocupa posição central na organização social. Influenciado pelo pensamento confucionista, esse sistema chinês historicamente valoriza a continuidade da linhagem, a obediência filial e a estabilidade social, atribuindo ao casamento um papel fundamental para a ordem coletiva.

Nesse contexto, o casamento é frequentemente entendido não apenas como uma decisão de caráter individual, mas como uma obrigação social e familiar. Em razão da centralização da instituição familiar, pais e parentes exercem significativa influência sobre as decisões matrimoniais dos filhos, especialmente das mulheres. As chamadas "Leftover Women" frequentemente são submetidas a intensas pressões para se casar, sobretudo à medida que avançam em idade. Em alguns casos, famílias chegam a organizar encontros matrimoniais ou recorrer a feiras de casamento para encontrar parceiros para suas filhas, evidenciando a persistência de normas culturais.

Essa pressão reflete expectativas de gênero profundamente enraizadas na sociedade chinesa. Enquanto homens solteiros tendem a ser vistos como indivíduos que ainda têm possibilidades futuras de construção familiar, mulheres solteiras frequentemente são estigmatizadas pela ideia de fracasso pessoal ou inadequação social. Para Chen (2011), tais dinâmicas evidenciam como a modernização econômica não eliminou as estruturas patriarcais. Ao contrário, em determinados aspectos, as reformas orientadas para o mercado contribuíram para reforçar e reproduzir valores tradicionais ao associar estabilidade familiar e desenvolvimento nacional.

A análise da construção social das Sheng Nü pode ser aprofundada a partir da articulação entre o feminismo chinês discutido por Chen (2011) e o conceito de barganha desenvolvido por Deniz Kandiyoti (1988). Chen (2011) argumenta que as

transformações econômicas ocorridas na China ampliaram significativamente o acesso das mulheres à educação superior e ao mercado de trabalho, favorecendo o surgimento de uma geração feminina mais independente e qualificada. No entanto, esses avanços não foram acompanhados por uma ruptura completa com os valores tradicionais de gênero, especialmente aqueles relacionados ao casamento e à família, assim, observa-se determinada tensão entre os novos espaços de autonomia e a preservação de valores patriarcais.

Nesse cenário, as denominadas “Leftover Women” evidenciam uma das principais contradições do processo de modernização chinesa. Embora sejam incentivadas a buscar qualificação profissional e contribuir para o desenvolvimento econômico do país, continuam fortemente avaliadas socialmente a partir da condição matrimonial (Gonçalves, 2022), dessa forma o reconhecimento das conquistas femininas frequentemente se mostram insuficientes para afastar o estigma associado à solteirice. Assim, a permanência de expectativas tradicionais demonstra que a autonomia feminina ainda encontra limites impostos por estruturas patriarcais profundamente enraizadas na sociedade chinesa.

A partir da perspectiva teórica de Kandiyoti (1988), é possível compreender que muitas chinesas não apenas enfrentam essas estruturas patriarcais vigentes, mas também negociam posições dentro dessas relações de poder. O conceito de “bargaining with patriarchy” refere-se às estratégias desenvolvidas pelas mulheres para maximizar a autonomia e benefícios em contextos marcados por relações desiguais dos limites postos pelo sistema patriarcal. No cenário das Sheng Nü, essa dinâmica de negociação é manifestada na busca da priorização da educação, da carreira e da independência financeira, ao mesmo tempo em que lidam com pressões familiares e sociais para se casar.

Em vez de rejeitarem completamente os valores tradicionais ou se submeterem integralmente a eles, muitas dessas mulheres frequentemente conciliam as realizações profissionais e reconhecimento social, tais trajetórias evidenciam processos contínuos de adaptação, diante das demandas de gênero predominantes. Dessa forma, a articulação entre Chen (2011) e Kandiyoti (1988) possibilita compreender as “Leftover Women” não como vítimas passivas das normas culturais,

mas como agentes que desafiam, reinterpretam continuamente os limites impostos pelo patriarcado na China contemporânea, construindo novas formas de autonomia e participação na sociedade.

Apesar das pressões enfrentadas, mulheres chinesas passaram a contestar o estigma associado à categoria “Leftover Women”. Nas redes sociais, organizações feministas e em espaços acadêmicos, surgiram iniciativas voltadas para a valorização da autonomia feminina e da liberdade de escolha. Diversas mulheres passaram a rejeitar a expressão Sheng Nü, argumentando que representa uma forma de discriminação baseada em gênero. Em vez de aceitar a narrativa de fracasso associada à solteirice, muitas passaram a enfatizar conquistas profissionais, independência financeira e realização pessoal que transcende os papéis tradicionais vinculados ao matrimônio.

Esse processo pode ser compreendido como uma forma de resistência simbólica às normas simbólicas. Ao redefinir os critérios de sucesso feminino, essas mulheres contribuem para desafiar estruturas sociais que procuram limitar as escolhas de vida alternativas. A perspectiva apresentada por Chen (2011) permite compreender essas resistências como parte de um feminismo chinês contemporâneo que busca responder a desafios específicos da sociedade chinesa. Em vez de reproduzir modelos ocidentais, essas mulheres articulam reivindicações por igualdade de gênero dentro de um contexto marcado por tradições culturais, transformações econômicas e forte presença estatal (Gonçalves, 2022).

A categoria da “Leftover Women” consolidou-se um dos temas centrais dos debates contemporâneos sobre gênero na China, que ultrapassa a questão do casamento e envolve reflexões mais amplas sobre cidadania, autonomia individual e participação feminina. Além das pressões relacionadas à vida matrimonial, mulheres chinesas continuam enfrentando desafios no mercado de trabalho, incluindo discriminação salarial, barreiras à ascensão profissional e expectativas relacionadas à maternidade (Gonçalves, 2022). Paralelamente, a ampliação do acesso à internet e às redes sociais favoreceu novos espaços para mobilização e articulações feministas. Por meio de campanhas online, grupos e movimentos de conscientização têm contribuído para o debate público sobre desigualdade de gênero.

Essas iniciativas demonstram que as mulheres chinesas não ocupam uma posição meramente passiva diante das normas e expectativas sociais. Ao contrário, elas atuam ativamente na construção e disseminação de novas interpretações sobre feminilidade, família e direitos individuais. Nesse sentido, a análise desenvolvida por Chen (2011) permanece particularmente relevante ao destacar a necessidade de compreender o feminismo chinês a partir das especificidades históricas e culturais. As tensões reveladas pelo fenômeno das “Leftover Women” ilustram os dilemas enfrentados por uma sociedade chinesa que busca conciliar modernização econômica e tradições sociais profundamente enraizadas.

No que se refere às Sheng Nü, nota-se que elas constituem uma das expressões mais emblemáticas das transformações de gênero na China contemporânea. Ainda que o país tenha experimentado avanços importantes na educação e na inserção profissional das mulheres, persistem mecanismos sociais que associam o valor feminino ao casamento e à maternidade (Gonçalves, 2022). A partir das contribuições de Chen (2011), tais tensões não podem ser interpretadas de forma reducionista, como produto ou resultado de tradições culturais ou de mudanças econômicas isoladamente. Pelo contrário, elas refletem a complexa interação entre modernização, políticas estatais, mercado e estruturas patriarcais.

As Sheng Nü evidenciam como a autonomia feminina permanece atravessada por disputas simbólicas e sociais. Ao mesmo tempo em que mulheres conquistam maior independência econômica e educacional, enfrentam pressões destinadas a preservar expectativas tradicionais de gênero (Fincher, 2013). No entanto, a crescente contestação desse rótulo indica que as chinesas têm desenvolvido formas de resistência e reinterpretação de sua identidade social. Dessa maneira, o debate sobre as “Leftover Women” revela não apenas os limites da igualdade de gênero na China, mas também o potencial transformador das mobilizações femininas contemporâneas.

Exemplificando de forma prática o impacto do estigma das “Leftover Women” e a complexa rede de pressões discutida por Chen (2011), o caso da atriz, cantora e diretora chinesa Xu Jinglei constituiu um dos exemplos mais emblemáticos publicamente na China contemporânea. Xu é considerada uma das “Quatro Atrizes

Dan", construiu uma carreira de grande prestígio na cultura chinesa. No entanto, ao ultrapassar os 30 anos e, posteriormente, os 40 anos sem se casar, tornou-se alvo do rótulo de "celebridade Sheng Nü" pelos tabloides chineses (The Straits Times, 2018). Apesar desse currículo, a narrativa midiática chinesa frequentemente coloca tais conquistas artísticas em segundo plano, focando obsessivamente no status de relacionamento.

Em 2015, aos 41 anos e solteira, Xu gerou um debate nacional ao revelar ter feito congelamento de óvulos nos Estados Unidos. A declaração gerou críticas de setores conservadores que alegavam contrariar os valores familiares tradicionais e influenciar negativamente as jovens chinesas. Em resposta, a atriz afirmou que não se opunha ao casamento, mas defendia a legitimidade da escolha individual, enfatizando que a realização pessoal não dependia de opiniões terceiras (The Straits Times, 2018). Tal posicionamento evidencia formas de subjetividade feminina na atualidade, conforme Chen (2011), emerge em meio às tensões entre autonomia e normas dentro da sociedade, Xu contribui para a ressignificação do estigma associado às Sheng Nü, deslocando-o de uma narrativa de fracasso.

Em um plano analítico mais amplo, algumas interpretações realizam um paralelo com dinâmicas observados em contextos ocidentais, como a circunstância do ator Leonardo DiCaprio frequentemente associado a discussões sobre padrão etário em relacionamentos no meio artístico. O denominado “fenômeno DiCaprio” na cultura pop sobre o padrão de relacionamento do ator em que historicamente terminam seus namoros com modelos e atrizes antes ou exatamente quando elas completam 25 anos (Evening Standard, 2023). Embora pareça apenas uma fofoca de Hollywood, esse comportamento expõe a engrenagem da fricção de gênero e idade (ageísmo de gênero) que se conecta diretamente à lógica das “Leftover Women”.

Sob a lente de Chen (2011), é possível analisar como o patriarcado opera de formas distintas, mas complementarmente cruéis, através do valor de mercado atribuído à idade da mulher. Enquanto na China, a sociedade e a cultura punem a mulher que cruza a barreira dos 27 anos sem se casar; a cultura pop ocidental ilustra a desvalorização socialmente construída do corpo feminino com o avanço da idade (Fincher, 2014). Em ambos os cenários, o público feminino é reduzido ao valor

reprodutivo e estético, que ao atingir os 25 anos, opera como um "prazo de validade" social (Fincher, 2013). Ademais, a autora discute como a transição do Estado chinês para o capitalismo de mercado mercantilizou as relações e o corpo da mulher, e o caso DiCaprio é o reflexo purificado dessa comercialização no Ocidente, evidenciando que a opressão de gênero baseada no fator etário cruza fronteiras geográficas e ideológicas (Fincher, 2013).

O discurso sobre as Sheng Nü representa uma das expressões mais relevantes das transformações de gênero na China contemporânea. Embora se observe um processo de empoderamento do feminismo no país e a crescente discussão em torno do gênero nas universidades e espaços públicos, as mulheres ainda sofrem com as pressões sociais e os estereótipos que moldam as condições de vida (Fincher, 2013). As mulheres "Leftover Women" se tornaram uma preocupação do governo que promoveu políticas para promover o casamento, planejamento familiar e estabilidade social (Fincher, 2014).

Historicamente, o país passou por diversos momentos que dizem respeito às questões de gênero, desde a objetificação das mulheres ao ponto de ser mantida uma tradição na qual os pés eram enfaixados para garantir um bom casamento, até políticas que buscavam a promoção da igualdade formal entre homens e mulheres (Gonçalves, 2022). Apesar dos avanços ao longo do tempo, é impreterível notar que a desigualdade ainda ocorre de maneira generalizada, já que há uma grande pressão para o matrimônio, de forma a fazer com que as obrigações familiares continuem sendo superiores à decisão da mulher de progredir na carreira profissional antes de constituir família (Fincher, 2013).

Ainda que as mulheres tenham conquistado importantes avanços na redistribuição, especialmente no acesso à carreira e educação, o reconhecimento, por outro lado, lhes é constantemente negado, como casos de assédios sexuais, os rótulos e estereótipos em que o público feminino é estigmatizado pelos próprios termos linguísticos que as definem (Gonçalves, 2022). Ademais, esse reconhecimento sofre barreiras ainda mais fortes já que o Estado chinês não abre espaço para dialogar com as mulheres que lutam pelo rompimento das estruturas sociais patriarcais.

A partir das contribuições de Chen (2011), observa-se que essas tensões não podem ser compreendidas como resultado de tradições culturais ou de mudanças econômicas isoladamente. Isoladamente, mas refletem a complexa interação entre modernização, políticas estatais, mercado e estruturas patriarcais. Com isso, a categoria Sheng Nü evidencia como a autonomia feminina continua sendo objeto de disputas simbólicas e sociais. Ao mesmo tempo em que mulheres conquistam maior independência econômica e educacional, enfrentam pressões destinadas a preservar expectativas tradicionais de gênero.

Contudo, a crescente contestação desse rótulo demonstra que as mulheres chinesas têm desenvolvido formas de resistência e reinterpretação de sua identidade social (Chen 2011). Para o patriarcado (seja neoconfuciano ou capitalista ocidental), o homem maduro acumula capital socioeconômico e status conforme envelhece, o que teoricamente lhe dá o direito de continuar consumindo a juventude feminina (Fincher, 2013). Em contrapartida, a mulher acumula capital cultural (educação e autonomia), mas esse acúmulo é visto como um defeito. Dessa maneira, o debate sobre as “Leftover Women” revela não apenas os limites da igualdade de gênero na China (Fincher, 2014), mas também o potencial transformador das mobilizações femininas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGENCE FRANCE-PRESSE (AFP). **China's "leftover women" fighting back, says author Fincher**. The Straits Times, Singapore, 30 out. 2015. Disponível em: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/chinas-leftover-women-fighting-back-says-author-fincher>. Acesso em: 27 jun. 2026

A GLOBALIZAÇÃO, A CHINA E O MOVIMENTO FEMINISTA: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS. **Revista de Economia da UEG**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2025. DOI: 10.31668/asv3en49. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/16325>. Acesso em: 23 jun. 2026.

CHEN, Ya-chen. **Breaking Feminist Waves: The Many Dimensions of Chinese Feminism**. New Palgrave Macmillan, 2011. Disponível em: < <https://link.springer.com/content/pdf/bfm:978-0-230-11918-5/1?pdf=chapter%20toc>.> Acesso em: 27 jun. 2026.

EVENING STANDARD. **Leonardo DiCaprio girlfriend list:** Gisele, Camilla Morrone, Eden Polani and the 25-year pattern. London, 2023. Disponível em: <https://www.standard.co.uk/lifestyle/celebrity/leonardo-dicaprio-girlfriend-list-gisele-camilla-morrone-25-eden-polani-a3991686.html>. Acesso em: 27 jun. 2026.

FINCHER, Leta Hong. **China's "leftovers" are rejects in a man's world.** Cambridge: University of Cambridge, 2013. Disponível em: <https://www.cam.ac.uk/research/news/chinas-leftovers-are-rejects-in-a-mans-world>. Acesso em: 27 jun. 2026.

FINCHER, Leta Hong. **Leftover women:** the resurgence of gender inequality in China. London: Zed Books, 2014. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Leftover_Women.html?id=1aXJngEACAAJ. Acesso em: 27 jun. 2026

GONÇALVES, Tuane Oliveira. Feminismos e vivências: uma análise das relações de gênero na China continental. **Zi Yue**, v. 2, n. 01, p. 119-126, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/106138395/Feminismos_e_viv%C3%Aancias_uma_an%C3%A1lise_das_rela%C3%A7%C3%B5es_de_g%C3%AAnero_na_China_continental. Acesso em: 27 jun. 2026.

SILVA, Vanessa Maria; LUNAS, Divina Aparecida Leonel; MACIEL, Roseli Martins Tristão. A globalização, a China e o movimento feminista: transformações e desafios. **Revista de Economia da UEG**, Anápolis, v. 20, n. 2, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/economia/article/view/16325>. Acesso em: 27 jun. 2026.

XINRAN, Dong. **As mulheres chinesas no fim do século XIX e o início do século XX:** sob a influência ocidental. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Interculturais Português/Chinês: Tradução, Formação e Comunicação Empresarial) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2019. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/64360>. Acesso em: 27 jun. 2026.

SE MEU CORPO SUSTENTA MINHA OPRESSÃO, NADA NASCERÁ DELE: O MOVIMENTO 4B NA COREIA DO SUL COMO RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO PATRIARCAL

Natália Fraga Ferreira de Andrade

Para compreender o surgimento do Movimento 4B como uma forma de resistência radical, é necessário situar a Coreia do Sul no contexto de "modernidade comprimida" em que está inserida, onde o desenvolvimento econômico e tecnológico acelerado colidiu com estruturas patriarcais profundamente enraizadas (Shim; Choi; Ocker, 2025). Esse cenário, cuja tensão já estava estabelecida, foi exacerbado pelas reformas neoliberais pós-crise do FMI em 1997 e a crise financeira de 2008, que precarizaram o trabalho e intensificaram a competição social, resultando em uma "crise da masculinidade" entre homens jovens, que passaram a ver as mulheres como concorrentes diretas em um mercado de trabalho escasso, alimentando uma onda de misoginia online e a criação de estereótipos pejorativos como o termo *kimchinyeo*, utilizado para nomear as mulheres coreanas "inseguras, egocêntricas e narcisista" (Schepens, 2025). Em resposta, em 2010 surgiu o chamado "feminist reboot" (reinicialização feminista), impulsionado por comunidades digitais como Megalia, que passaram a utilizar táticas de "espelhamento" (mirroring) a fim de subverter a linguagem agressiva masculina e expor disparidades sistêmicas, transformando o que era anteriormente invisível em uma postura política coletiva que declarava a recusa ao casamento como forma de resistência (Lee, 2025).

Mais tarde, em 2016, consolidou-se a transição da frustração individual para a mobilização política coletiva devido a dois eventos catalisadores. O primeiro, o assassinato na estação de Gangnam, onde uma jovem foi morta por um homem que alegou ter sido "ignorado por mulheres", revelou que a violência de gênero era uma

condição estrutural, e não um incidente isolado; o segundo, o lançamento de um site pelo governo coreano, o "pink birth map" (mapa rosa dos nascimentos), que permitia a visualização da quantidade de mulheres em idade reprodutiva por região (The Guardian, 2026), reforçou a percepção do Estado como uma entidade patriarcal que reduzia os corpos femininos a "máquinas de nascimento" a serviço da produtividade econômica (Jeong, 2025). Como consequência, as mulheres passaram a articular o slogan "nos recusamos a ser férteis, nos recusamos a ser gado", compreendendo que a ameaça não vinha apenas de indivíduos misóginos, mas de um Estado que transformava em produto suas capacidades biológicas para perpetuar um pedigree patriarcal e aumentar a força de trabalho nacional (Lee, 2025).

A resistência a esse controle expandiu-se após a onda de denúncias de crimes sexuais digitais, como o uso de câmeras escondidas (molka) e o escândalo do Cartel Webhard, que lucrava com a distribuição de pornografia não consensual (Gujjar, 2025). A consequência política mais grave foi a revelação de um viés institucional persistente: enquanto crimes contra mulheres sofriam com investigações lentas, a polícia agia com rapidez sem precedentes quando a vítima era um homem, como visto nos protestos da Estação Hye-hwa em 2018, no qual uma mulher foi rapidamente presa após tirar e distribuir fotos de um modelo sem sua permissão (Lee, 2025). Esse padrão de negligência estatal e exploração digital forçou muitas mulheres a adotarem o isolamento e a recusa de relacionamentos íntimos com homens como uma estratégia de sobrevivência emocional e física (Gujjar, 2025).

Diante dessa vigilância constante e da pressão estética avassaladora, surgiu o movimento "Escape the Corset". Em uma nação onde o autocuidado estético é imposto como um "pré-requisito para a cidadania" e uma obrigação para as mulheres, aquelas que engajaram no movimento passaram a rejeitar o "trabalho de embelezamento" (Schepens, 2025). Ato como destruir maquiagens e cortar os cabelos foram ressignificados como libertações simbólicas de um sistema que objetifica as mulheres como "bonecas para homens" e explora financeiramente sua insegurança. A consequência direta dessa recusa foi a reconfiguração do tempo e do espaço dessas mulheres: ao abandonarem os rituais de beleza e as expectativas do mercado matrimonial, elas recuperaram seu poder econômico e sua autonomia

temporal, permitindo-lhes imaginar futuros que não dependam da validação masculina ou da participação no projeto reprodutivo do Estado (Lee, 2025).

Nesse contexto, o Movimento 4B representa uma retirada estratégica e consciente das instituições patriarcais, configurando-se como uma resposta radical às falhas do contrato social na Coreia do Sul contemporânea e que constitui uma das formas mais extremas de resistência política contemporânea, definindo-se por quatro recusas deliberadas: o não ao casamento (bihon), o não à maternidade (bichulsan), o não ao namoro (biyeonae) e o não ao sexo com homens (bisekseu). Diferente de discursos anteriores que envolviam o tema de “renúncia”, como a geração N-po, que “desistiu” dos objetivos tradicionais de romance, casamento e filhos devido às pressões econômicas e desigualdades sociais sistêmicas, esse movimento de resistência não é um recuo passivo, mas uma postura política que desafia diretamente a forma como o capitalismo neoliberal e o patriarcado colaboram para explorar o corpo, o trabalho e a capacidade reprodutiva feminina a fim de perpetuar o sistema político e econômico vigente (Schepens, 2025). Por conseguinte, a relação entre o 4B e o capitalismo neoliberal revela uma profunda crise na reprodução social, visto que o sistema capitalista sempre dependeu do trabalho reprodutivo não remunerado das mulheres (trabalhos de cuidado, afazeres domésticos e carga mental) para manter e repor a força de trabalho remunerada (Fraser, 2022).

No entanto, sob o neoliberalismo estabelecido após a crise do FMI em 1997, esse sistema passou a “canibalizar” a reprodução social ao recrutar massivamente as mulheres para um mercado de trabalho precário e de baixos salários, enquanto simultaneamente retirou o apoio estatal ao bem-estar (Fraser, 2013). Como resultado houve uma sobrecarga insustentável, onde o ideal do “salário familiar” masculino foi substituído pela norma da “família de dois provedores” e forçando as mulheres a jornadas duplas ou triplas de trabalho sem o devido suporte (Fraser, 2022). Nesse cenário, o corpo feminino passa a ser o campo de batalha central dessa disputa de poder, pois, ao institucionalizar as quatro recusas, o Movimento 4B torna-se uma “greve de trabalho” contra o sistema patriarcal, pois, ao dizerem “não”, as mulheres negam seu corpo e suas emoções à gama de recursos utilizados para perpetuar a estrutura da família nuclear, vista como a unidade básica de exploração do capital (Gujjar, 2025). Assim, o Estado assume um papel crucial nessa opressão através da

biopolítica, uma gestão estratégica que permite ao Estado monitorar e regular os processos biológicos da população para garantir a produtividade econômica (Fraser, 2017).

Ademais, historicamente, essa estrutura foi sustentada pelo sistema Hojuje, que centrava o registro civil sob a linhagem do chefe da unidade familiar, normalmente o homem mais velho da família. Nesse método, todos os membros da família eram cadastrados sob o nome do Hoju (o chefe da família), assim, quando uma mulher se casava, ela era legalmente obrigada a abandonar o seu registro na família de nascença para entrar no do marido. Ademais, a sucessão de status de Hoju priorizava descendentes masculinos diretos, seguidos por descendentes femininas diretas e, por último, a esposa, tornando-a inferior ao status familiar dos seus próprios filhos (Moon; Choe, 2023).

Embora o Hojuje tenha sido extinto em 2008, seu legado cultural persiste, impondo às mulheres um "roteiro de vida" onde seu valor é intrinsecamente ligado aos papéis de esposa e mãe (Shim; Choi; Ocker, 2025). Outrossim, essa resistência é alimentada por disparidades sistêmicas no mercado de trabalho, visto que a Coreia do Sul mantém a maior lacuna salarial de gênero da OCDE há quase três décadas, com mulheres ganhando cerca de 30% a menos que os homens nos mesmos cargos. Além disso, o país ocupa a última posição no "Glass Ceiling Index", um índice que avalia as oportunidades e a igualdade de tratamento para mulheres no mercado de trabalho, refletindo barreiras severas para a ascensão profissional feminina (Human Rights Watch, 2025).

No âmbito do casamento e divórcio, as mulheres enfrentam injustiças que persistem mesmo após reformas legais. Embora a revisão da lei em 1990 tenha introduzido o direito à divisão de bens, juízes frequentemente exercem uma discricionariedade que privilegia o cônjuge com maior poder aquisitivo (geralmente o marido), muitas vezes ignorando ou desvalorizando o trabalho doméstico não remunerado na formação do patrimônio familiar (Kim, 2020). A questão da guarda dos filhos é particularmente crítica, pois os tribunais frequentemente utilizam critérios econômicos para conceder a guarda ao pai, um raciocínio circular que pune

as mães por terem abandonado carreiras para cumprir as expectativas sociais de cuidado doméstico (Lee, 1995).

As consequências sociais dessa recusa coletiva manifestam-se atualmente em uma crise demográfica sem precedentes, com uma taxa de fertilidade de 0,72 em 2023, a menor do mundo (Jeong, 2025). Para as adeptas do 4B, quase 0,20% da população feminina da Coreia do Sul (Lee, 2025), essa queda é a prova do sucesso de sua "greve de trabalho" contra um sistema que se recusa a reformar as desigualdades no local de trabalho e a carga dupla de mães trabalhadoras. Como resultado, as mulheres estão reconfigurando sua temporalidade e segurança econômica, investindo recursos em si mesmas e em redes de solidariedade feminina em vez de no mercado matrimonial (Schepens, 2025).

Entretanto, o Movimento situa-se em uma tensão complexa entre ser uma ferramenta de transformação social radical e um sintoma de um bloqueio institucional profundo. Como ferramenta de transformação, ele transpõe a lógica da "greve de trabalho" para a esfera da reprodução e da intimidade, configurando-se como um ato de recusa política deliberada contra o roteiro de vida heteropatriarcal que reduz as mulheres a recursos biológicos e ferramentas demográficas para o futuro do Estado. Por outro lado, o 4B pode ser interpretado como um sintoma de desespero diante do fracasso das reformas tradicionais e do sistema legal em proteger a dignidade básica das mulheres (Gujjar, 2025). Embora a Coreia do Sul tenha abolido o sistema patriarcal *Haju* em 2008 e revisado leis de divórcio desde 1990 para permitir a divisão de bens, a aplicação prática continua marcada por contradições sociais e discricionariedade judicial (Kim, 2020). Nesse contexto, a retirada de consentimento torna-se o instrumento de poder político mais potente quando os canais de reforma interna estão bloqueados por uma "guerra de gêneros" alimentada por hostilidade conservadora e misoginia online (Schepens, 2025).

Todavia, a recepção do Movimento 4B revela uma profunda ruptura geracional e de classe, em que a resistência radical das jovens entra em conflito direto com as identidades construídas pelas mulheres mais velhas que viveram o sistema *Hajuje*. Para as gerações anteriores, que casaram jovens e mantiveram a estrutura familiar mesmo diante do abandono ou de casamentos fracassados, a

família não era apenas uma escolha, mas o eixo central de seus sistemas de valor e sobrevivência. Essas mulheres dedicaram suas vidas a criar filhos, cuidar de sogros e manter rituais ancestrais, muitas vezes sem apoio financeiro ou emocional dos maridos (Kim, 2020). Portanto, a proposta de uma retirada total das instituições patriarcais feita pelo 4B pode ser lida por elas como uma ameaça ou uma negação de suas próprias trajetórias de sacrifício, visto que a destruição desse modelo familiar representaria uma espécie de "morte emocional" e a invalidade de décadas de renúncia pessoal pois, enquanto as jovens do 4B buscam autonomia individual, as mulheres mais velhas frequentemente aceitaram humilhações em prol da estabilidade familiar, vendo no divórcio tardio uma medida de último recurso apenas após o cumprimento de todas as obrigações femininas (Shim; Choi; Ocker, 2025).

Essa tensão é exacerbada pelo contexto da "modernidade comprimida", onde relíquias de uma sociedade tradicional coexistem com estruturas ultra-tecnológicas, gerando visões contraditórias sobre o papel da mulher (Lee, 2020). Enquanto as mulheres de 20 e 30 anos estão cada vez mais abertas a viver sozinhas ou ter filhos fora do casamento, as mulheres na faixa dos 50 e 60 anos mantêm uma adesão estrita ao modelo de que a procriação deve ocorrer dentro do matrimônio (Moon; Choe, 2020). Grupos conservadores e religiosos, que compõem grande parte dessa faixa etária, rotulam frequentemente o 4B como um movimento egoísta e anti social, associando o declínio da taxa de natalidade a uma falha moral das mulheres em vez de um problema estrutural de desigualdade. Para essas mulheres, que lutaram para conquistar direitos básicos dentro do sistema, como o direito à herança e à guarda dos filhos que o Hojuje negava, a rejeição completa à esse modelo familiar parece uma heresia que desmantela a própria base da ordem social pela qual elas sofreram (Shim; Cho; Ocker, 2025).

Paralelamente, a crise econômica e as reformas neoliberais estabelecem barreiras intransponíveis para que mulheres de classes mais baixas adotem o boicote do 4B como uma postura política. Mulheres com menor nível de escolaridade e inseridas em setores precários do mercado de trabalho, como serviços e vendas, enfrentam uma lacuna salarial de cerca de 30% em relação aos homens e posições de extrema instabilidade. Para esse grupo, o casamento pode surgir não como uma escolha patriarcal, mas como uma estratégia de sobrevivência econômica, já que o

custo de vida, especialmente em cidades como Seul, torna a independência financeira quase inatingível para quem ganha baixos salários (Lee, 2020).

Dessa forma, muitas mulheres de classes populares não podem se dar ao "luxo" de boicotar as estruturas familiares pré existentes, pois a precarização do trabalho e a falta de uma rede de bem-estar estatal as empurram de volta para a dependência ou para o recasamento como forma de mitigar a pobreza (Lee, 2020). O auto estigma enfrentado por mães solteiras ou divorciadas de classes baixas, que precisam provar sua miséria para acessar auxílios estatais, reforça a percepção de que a autonomia pregada pelo 4B exige um capital econômico que elas não possuem (Kim; Jeon; Song, 2023). Enquanto o 4B prega a economia de recursos para a autossuficiência feminina, as mulheres mais pobres são "canibalizadas" pelo capitalismo neoliberal, o que torna a resistência política do "não" uma impossibilidade prática diante da urgência do sustento (Fraser, 2022). Assim, o movimento 4B é muitas vezes interpretado como uma insurgência elitista ao não endereçar o fato de que, para muitas coreanas, a estrutura familiar tradicional ainda é a única rede de segurança disponível contra a marginalização absoluta (Gujjar, 2025).

O Movimento 4B emerge, portanto, como mais do que uma simples recusa a relacionamentos heterossexuais ao se configurar como um diagnóstico contundente das contradições inerentes ao neoliberalismo patriarcal sul-coreano. Ao institucionalizar a recusa ao casamento, à maternidade, ao namoro e às relações sexuais com homens, as adeptas do 4B não apenas rejeitam papéis de gênero tradicionais, mas expõem a falência de um sistema que, ao mesmo tempo que recrutou massivamente as mulheres para o mercado de trabalho precário, manteve intocada a estrutura de exploração do trabalho reprodutivo feminino. A "greve de trabalho" declarada pelo movimento é, nesse sentido, uma resposta lógica a uma sobrecarga insustentável: se o corpo feminino é o campo de batalha onde o capital e o Estado disputam a reprodução da força de trabalho, a retirada desse corpo da equação é a forma mais radical de resistência.

No entanto, a análise da recepção do 4B revela que essa resistência não é monolítica, mas atravessada por profundas fissuras geracionais e de classe. Para as

mulheres mais velhas, a rejeição total ao casamento e à maternidade representa uma deslegitimação de suas próprias trajetórias de sacrifício. Essas mulheres, que suportaram humilhações e abandono para manter a estabilidade familiar, veem no 4B um sacrilégio contra a base da estrutura familiar pela qual sofreram. Da mesma forma, para mulheres de classes mais baixas, inseridas em setores precários do mercado de trabalho, o casamento surge como uma estratégia de sobrevivência econômica em um contexto de extrema vulnerabilidade. O 4B, portanto, embora radicalmente transformador para uma parcela da população feminina, corre o risco de se tornar um movimento elitista e geracionalmente excludente se não conseguir dialogar com essas outras experiências de opressão.

Essa complexidade não diminui, contudo, a potência política do movimento. Ao expor a conexão perversa entre biopolítica estatal, exploração econômica e controle dos corpos femininos, o Movimento força a Coreia do Sul a encarar uma questão incômoda: até que ponto um sistema econômico, que depende da exploração gratuita do trabalho reprodutivo, pode ser sustentável sem recorrer a formas cada vez mais autoritárias de controle sobre a vida das mulheres? A crise demográfica sem precedentes vivida pelo país, com a taxa de fertilidade mais baixa do mundo, não é um acidente ou uma falha moral das mulheres, mas a consequência lógica de décadas de políticas que trataram os corpos femininos como meros recursos a serviço da produtividade econômica. Assim, a recusa não é um fim em si mesma, mas o prenúncio de um novo imaginário político, onde a autonomia feminina não seja uma exceção conquistada a duras penas, mas a base sobre a qual se constroem novas formas de vida, de cuidado e de trabalho.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. **Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle**. 2. ed. Oakland: PM Press, 2020.

FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism: How Our System Is Devouring Democracy, Care, and the Planet - and What We Can Do about It**. Londres: Verso, 2022.

FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. *In*: BHATTACHARYA, Tithi (Ed.). **Social**

Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression. Londres: Pluto Press, 2017. p. 21-36.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism:** From Women's Liberation to Identity Politics to Neoliberal Crisis. Londres: Verso, 2013.

THE GUARDIAN. **South Korea pulls website mapping women of prime age to have children.** 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/dec/31/south-korea-pulls-website-mapping-women-of-prime-age-to-have-children>. Acesso em: 23 jun. 2026.

GUJJAR, Ankita Singh. When Women Withdraw: The Global Politics of Refusal Feminist resistance, digital diffusion, and the transnational life of 4B. **Yale Journal of International Affairs**, v. 21, n. 1, 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025:** South Korea - Events of 2024. Human Rights Watch, 2025.

JEONG, Ji Hye. Boycotting men? How the 4B feminist rebellion is taking on patriarchy. **LSE Blogs**, 28 maio 2025. Disponível em: <https://afsee.atlanticfellows.lse.ac.uk/en-gb/blogs/how-the-4b-feminist-rebellion-is-taking-on-patriarchy>. Acesso em: 23 jun. 2026.

KIM, Anna; JEON, Sesong; SONG, Jina. Self-Stigma and Mental Health in Divorced Single-Parent Women: Mediating Effect of Self-Esteem. **Behavioral Sciences**, v. 13, n. 9, 744, 2023.

KIM, Hyoung Seok. The Contemporaneity of the Non-contemporaneous: Divorce Law as a Reflection of the Social Changes in South Korea. **Journal of Korean Law**, v. 19, n. 2, p. 177-190, 2020.

LALE, Aybala. The Soft Power of South Korea. **Asya Studies-Academic Social Studies**, v. 4, n. 13, p. 63-74, 2020.

LEE, Kay C. Confucian Ethics, Judges, and Women: Divorce under the Revised Korean Family Law. **Washington International Law Journal**, v. 4, n. 2, p. 479-510, 1995.

LEE, Young-Im. 4B movement. **Encyclopaedia Britannica**, Inc., 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/4B-movement>. Acesso em: 23 jun. 2026.

LEE, Yean-Ju. **Divorce in South Korea:** Doing Gender and the Dynamics of Relationship Breakdown. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2020.

MOON, Hyuna; CHOE, Minja Kim. Korean Family Law Revisited: Focusing on the Revisions Related to Gender Equality. **Korea Journal**, v. 63, n. 4, p. 111-136, 2023.

MOON, Hyuna; CHOE, Minja Kim. **Parent-child relationship in Korea: Legal status and social implications seen through family law changes 1958–2005**. IUSSP, 2020.

SCHEPENS, Ash. The Rise of the 4B Movement: Reimagining Futures Through Radical Resistance. **MUSE**, v. 9, n. 1, 2025.

SHIM, Hyunjoo; CHOI, Insuk; OCKER, Bailey L. Divorce in South Korea: An Introduction to Demographic Trends, Culture, and Law. **Family Court Review**, v. 51, n. 4, p. 630-642, 2013.

CONCLUSÃO

Profa. Me. Fernanda Luíza Silva de Medeiros

Os debates reunidos neste livro demonstram que incorporar gênero à análise política não significa simplesmente acrescentar novos sujeitos a uma narrativa previamente estabelecida. Significa, antes, reconsiderar a própria narrativa. Quando as perguntas sobre gênero são dirigidas às instituições, aos processos históricos, às relações internacionais e às formas de produção do conhecimento, categorias aparentemente neutras revelam-se atravessadas por relações de poder, expectativas sociais e hierarquias historicamente construídas.

Essa constatação ajuda a explicar por que uma das questões recorrentes ao longo desta obra foi a da visibilidade. Tornar mulheres e outros sujeitos historicamente marginalizados visíveis é uma tarefa fundamental, mas insuficiente. É preciso também perguntar por que determinadas experiências foram consideradas irrelevantes para a compreensão da política, enquanto outras adquiriram o estatuto de universais. Nesse sentido, as contribuições feministas não apenas ampliam o conjunto de atores estudados pelas Relações Internacionais: elas interrogam os critérios por meio dos quais alguns atores, experiências e espaços foram tradicionalmente reconhecidos como políticos.

A mesma reflexão se aplica à noção de agência. Os diferentes contextos examinados ao longo do livro mostram os limites de representações binárias que opõem mulheres emancipadas a mulheres submetidas, tradição a modernidade ou resistência a conformidade. A agência pode assumir formas distintas e operar no interior de estruturas que simultaneamente restringem e possibilitam a ação. As discussões sobre agência e religião presentes no percurso da obra são particularmente importantes nesse aspecto, pois colocam lado a lado diferentes formas de compreender a atuação dos sujeitos dentro de estruturas sociais e culturais específicas.

A pluralidade das experiências feministas constitui, talvez, uma das consequências mais importantes desse argumento. Feminismos negros, indígenas, brasileiros e desenvolvidos em outros contextos nacionais não devem ser entendidos apenas como variações periféricas de uma teoria produzida em algum centro intelectual. Eles produzem conceitos, questões e interpretações próprias, capazes de colocar em xeque categorias que se apresentam como universais. O movimento entre bell hooks e Grada Kilomba, o feminismo chinês, o feminismo indígena e a história do feminismo brasileiro presente no conjunto temático do livro evidencia precisamente essa opção por descentralizar a narrativa.

Essa descentralização implica reconhecer também que não existe uma única experiência da condição feminina. Raça, classe, nacionalidade, religião, sexualidade e outras formas de diferenciação social participam da produção de posições distintas nas estruturas de poder. A interseccionalidade aparece, portanto, não como elemento acessório, mas como uma das ferramentas que tornam possível compreender por que políticas ou discursos apresentados como emancipatórios podem produzir efeitos diferentes para sujeitos situados em contextos distintos.

Do mesmo modo, a análise das masculinidades e a incorporação da teoria queer impedem que gênero seja reduzido ao estudo das mulheres. Se as relações de gênero constituem formas de organização do poder, é necessário examinar também a produção histórica das masculinidades, as expectativas associadas aos corpos e às identidades e os mecanismos por meio dos quais determinadas formas de comportamento são naturalizadas. Essa perspectiva torna particularmente reveladora a análise de instituições como a diplomacia: espaços aparentemente regulados apenas por competência técnica e normas burocráticas podem carregar concepções históricas sobre autoridade, representação, profissionalismo e masculinidade.

O livro também mostrou que gênero não pode ser separado dos grandes processos políticos dos séculos XX e XXI. Modernização, nacionalismo, religião, construção estatal e inserção internacional são atravessados por disputas sobre família, trabalho, corpo, cidadania e papéis sociais. Por essa razão, não existe uma relação simples entre modernização e emancipação feminina, assim como não existe incompatibilidade necessária entre religião e agência. Os contextos analisados

convidam justamente a substituir essas dicotomias por perguntas mais precisas sobre quem define emancipação, quais instituições a promovem, em quais condições e com quais consequências.

Essa perspectiva é igualmente necessária para analisar a institucionalização de determinadas agendas feministas. A inclusão, no arco final do volume, das discussões sobre feminismo liberal e feminismo estatal permite observar as possibilidades abertas pela atuação dentro de empresas, governos e instituições, mas também as controvérsias que acompanham essas estratégias. O plano que estrutura a obra coloca essas perspectivas imediatamente antes da discussão sobre antifeminismo e conservadorismo, produzindo um contraste particularmente fértil entre institucionalização, contestação e reação política.

Talvez seja justamente esse último ponto que impeça uma conclusão definitiva. As transformações nas relações de gênero não seguem uma trajetória linear. Ampliação de direitos, maior presença feminina em instituições e consolidação de agendas de igualdade podem coexistir com permanências estruturais, novas formas de desigualdade e movimentos organizados de contestação ao próprio feminismo. Gênero permanece, assim, um campo de disputa — não somente sobre políticas públicas ou direitos, mas sobre os significados de liberdade, igualdade, autoridade, identidade e pertencimento.

Talvez aí resida uma das contribuições mais duradouras das perspectivas reunidas neste livro. Elas não oferecem apenas respostas diferentes para problemas já conhecidos. Elas nos obrigam a reconsiderar quais problemas merecem ser formulados. Ao fazê-lo, revelam que as fronteiras entre doméstico e internacional, público e privado, estrutura e agência, masculino e feminino, tradição e modernidade nunca foram tão naturais quanto poderiam parecer. São fronteiras produzidas historicamente — e, justamente por isso, abertas à contestação, à negociação e à transformação.